

MIGUEL TADEU VICENTIM

# HISTÓRIA DO CÁRCERE E HISTÓRIAS DE CÁRCERE

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2003.

MIGUEL TADEU VICENTIM

# HISTÓRIA DO CÁRCERE E HISTÓRIAS DE CÁRCERE

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2003.

A Deus e à minha mãe.

Agradeço à orientação do Professor Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira, por sua paciência e por permitir o desenvolvimento de meu trabalho.

Agradeço à minha mãe, à minha irmã e ao meu cunhado pelo carinho e apoio constantes.

Agradeço aos professores amigos, e amigos professores: Andréa Lisly, Fábio Faversoni, Fernando Marcelo Seabra, Helena Mollo, José Arnaldo Coelho, Lígia Garcia Diniz, Myriam Bahia.

Agradeço ao NEASPOC por disponibilizar toda sua estrutura para a realização de meu trabalho e pela realização da pesquisa que ajudou a dar maior consistência à minha narrativa.

Agradeço a Rosimeire da Fonseca e a Marli Elias Veisac pela paciência e ajuda nas questões mais difíceis (burocráticas).

Agradeço a todos os amigos do NEASPOC e ICBS.

Agradeço aos amigos sempre presentes: Nuno, Detinha, Michele, Luís, Nina e Aninha.

*“O inferno dos vivos é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.”*

Calvino, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*.

## RESUMO

Monografia de Bacharelado em História Social do Brasil que analisa aspectos do Sistema Penitenciário no final do século XX a partir de narrativas escritas por detentos que foram publicadas na forma de livros. A partir destas narrativas são feitas comparações entre a vida descrita por estes autores dentro do cárcere com as idéias defendidas por intelectuais da área de História e Sociologia sobre o tema.

## ABSTRACT

This Paper in Brazilian Social History analyses aspects of the Penitentiary System in the end of century XX. The documental corpus is composed by narratives written by prisoners which were published as books. The study made comparisons between the life inside the jail described by these authors with ideas defended by historians and sociologists on the subject.

## SUMÁRIO

---

Lista de Tabelas.....	VII
Introdução – Uma História do Sentimento.....	8
Aspectos teórico-metodológicos – Que caminho seguir?.....	22
Conceitos – Quem? O quê?	
O Criminoso.....	26
O Cárcere.....	34
Luiz Alberto Mendes – O Médico e o Monstro.....	42
Consenso – Com senso.....	54
Conclusão.....	64
Anexo I: Pronunciamento do Sr. Deputado Coronel Ubiratan.....	67
Bibliografia.....	75

## LISTA DE TABELAS

---

Conhece alguém que já foi preso.....	60
A pessoa que conhece é.....	60
Influência da cadeia no comportamento do detento.....	62
O que leva uma pessoa a cometer um crime.....	62

## INTRODUÇÃO – Uma História do Sentimento<sup>1</sup>

---

“*Como são perversas essas pessoas honestas!*”  
Emile Zola, última frase de seu livro “O Ventre de Paris”

Existe em Ouro Preto, próximo à Praça Tiradentes, no centro da cidade, um morro chamado “Morro da Forca”. Os habitantes da cidade dizem que o morro leva este nome por ter sido o local em que eram realizados os enforcamentos: uma pena muito comum até 1830 no Brasil, quando vigoravam as “*Ordenações Filipinas*”<sup>2</sup>. A prescrição de “morte natural pela força” era apenas uma das penas aplicadas e, em muitos casos, até mesmo insuficiente: casos havia em que se fazia necessário algo mais, como “expor” a cabeça do enforcado para apreciação da população. É por esta razão que existe, também em Ouro Preto, um bairro chamado de “Cabeças”, logo na entrada da cidade, para os viajantes que chegam de Belo Horizonte, onde as tais “cabeças” ficavam expostas.

Pois foi no Morro da Forca que, alguns dias atrás, em uma tarde quente de verão: final de fevereiro de 2003, por volta das 15h; onde pude presenciar um delito que muito contribui para dar início a esta

---

<sup>1</sup> Título baseado em discussão sobre a tese de mestrado do Prof. Fernando Marcelo Seabra, na qual é analisada a obra de M<sup>me</sup> de Staël, datada de 1800, que inclui uma das primeiras tentativas de reunir as noções de leitura e sociedade em estudo sistemático, assim definido pela autora: “eu me proponho a examinar qual é a influência da religião, dos costumes e das leis sobre a literatura, e qual é a influência da literatura sobre a religião, os costumes e as leis” (*apud* ESCARPIT, 1958, p8).

<sup>2</sup> LARA, Silvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas – Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 512pp.



narrativa: neste ambiente já contendo uma grande dose de história sobre delitos e penas, ocorreu um assalto à mão-armada.

Eu estava escrevendo uma carta no alto do morro, aproveitando a pitoresca paisagem que se avista do local como inspiração. Juntou-se a mim um casal de turistas, que também queriam apreciar a vista no alto do morro. Tudo estava imerso na mais profunda tranqüilidade quando um garoto se aproximou do casal; um garoto que não aparentava mais que 18 anos, talvez 17. Pois o tal garoto foi logo mostrando uma arma: preta, enorme, segundo informações que recebi devia ser uma “45” (calibre 45 mm). Era um assalto. Ordenou que todos fossem para traz de uma base de concreto existente no local. Como eu estava próximo, fui convidado a acompanhar o casal.

Um detalhe muito curioso neste fato foi a gentileza com a qual fui tratado: o garoto sempre repetia para que eu ficasse tranqüilo pois nada me aconteceria. Ele vasculhou as carteiras e bolsas do casal (segundo a vítima eles possuíam aproximadamente US\$ 200) e depois de se dar por satisfeito com sua “colheita”, mandou que aguardássemos uns 30 minutos no local. Ao se retirar eu ainda recebi um tapinha nas costas... – Me senti seu amigo!

Com esta despedida fiquei um pouco embaraçado: como explicar ao casal que eu não conhecia o garoto e nem era cúmplice de seu crime? Mas o casal também não me questionou sobre isto. Finda

a aventura, apenas aconselhei-os a, chegando no albergue onde estavam hospedados, comunicarem o ocorrido à polícia, ressaltando o fato de que o assaltante possuía uma arma.

Talvez seja curioso um fato destes ocorrer logo comigo, que inicio meus estudos sobre delitos, penas, sistema penitenciário, seus agentes e personagens, suas características e antagonismos. Ou então, nos dias de hoje, um fato destes seja simplesmente “corriqueiro”.

Mas o importante para meu trabalho são as reflexões que tal fato provoca: em primeiro lugar, tendo consciência da falência do sistema penitenciário ora implantado em nossa sociedade; fato evidenciado todos os dias através da mídia impressa e televisão; eu nunca seria capaz de denunciar o garoto ou tomar qualquer atitude que promovesse seu encarceramento – os efeitos de qualquer pena, nas circunstâncias atuais, apenas promoveriam sentimentos de revolta e ódio neste criminoso jovem, aprofundando ainda mais sua exclusão social (marginalidade).

Em segundo lugar, sua gentileza para comigo denota um pacto silencioso: por eu ser um morador da cidade, por não possuir algo que lhe interesse (dólares), ele não me “agride”, esperando que eu, se encontrá-lo pelas ruas da cidades em outro momento qualquer, não o

“prejudique” através de uma denúncia – uma regra básica de sobrevivência (?).

Em terceiro e último lugar – não que a ordem da narrativa imponha algum grau de importância nestas reflexões –, o quê fazer em uma situação como esta? (se é que existe algo que possa ser feito nestas condições).

Acredito que, como historiador, existe algo que eu posso fazer: descrever e interpretar este fenômeno, não com um olhar pessoal, mas com um olhar composto por outros olhares que se aglutinam no acúmulo de saberes inerentes à prática acadêmica; enfim, documentar e, se possível, estender este olhar/conhecimento para a busca de alternativas que, se não eliminem, ao menos minimizem as injustiças sociais e violências presentes na estrutura social que as promove.

...

O primeiro pensamento que ocupou minha mente nos primeiros meses, enquanto analisava a possibilidade de realizar a tarefa a que me proponho neste trabalho, foi perceber a dificuldade em discorrer sobre um tema tão distante de minha realidade. Existe o alto risco de incorrer em anacronismos e conceitos pré-concebidos, de desenhar um contexto deturpado e desprovido de veracidade, mas afinal, todo historiador passa por este perigo, seja analisando uma História

ocorrida em um tempo já findo – o passado –, seja analisando uma História no tempo em que estamos inseridos – o presente<sup>3</sup>.

Um procedimento indicado nesta situação seria estabelecer algum contato com o objeto em estudo, ou seja, visitar algum cárcere e dialogar com pessoas que ali vivem. Outra alternativa possível seria ter acesso a alguma documentação que discorra sobre o assunto, ou ainda, entrar em contato com pessoas que tivessem adquirido alguma experiência sobre o tema.

Estabelecer algum contato com o objeto em estudo exigiria mais tempo. Tempo para aprender como se estabelece uma relação humana numa situação semelhante; tempo para conhecer e me aproximar de pessoas que já tenham vivido esta experiência. Enfim, uma experiência que exigiria um mínimo de preparo para não dificultar e deturpar uma relação humana que já é, em sua própria essência, difícil e disforme.

Optei, então, por começar a me aproximar do tema deste trabalho lendo e admirando as obras de Jean Genet. Junto a ele conheci também William Burroughs e outros artistas denominados “marginais”, como Baudelaire, Artaud, Plínio Marcos, enfim, muitos que, em algum momento, se posicionaram contra uma estrutura social

---

<sup>3</sup> HOBBSAWN, Eric. *O presente como história. In: \_\_\_\_\_ . Sobre História – ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp 243-255.

que apenas aparenta ser passível de compreensão e controle, e a descreveram.

Jean Genet é um caso muito especial: francês, ladrão, homossexual, andarilho; foi preso inúmeras vezes e, também, um maravilhoso escritor. Escrevia sobre suas experiências e sensações na vida, no cárcere. Hoje seu nome consta entre os grandes mestres da dramaturgia, destacando-se, entre outras obras: “*O Balcão*” e “*As Criadas*”.

Na trajetória de sua vida o destino lhe sorriu, levando seus trabalhos a serem analisados por Jean Paul Sartre que divulgou seu nome e sua obra, além de lutar pelo seu direito à liberdade.

Entre seus livros estão “*Nossa Senhora das Flores*”, escrito no cárcere (Fresnes, 1942), antes de sua ‘libertação’ e “*Diário de um ladrão*”, uma biografia, escrita em liberdade, após seu reconhecimento público. Ambos narram sua experiência/vida em cárceres.

Tendo nascido e sido criado nas ruas, a marginalidade e o cárcere lhe são lugares comuns. Para ele, qualquer ato praticado, inclusive o assassinato (caso o houvesse cometido), não seria uma transgressão, mas apenas um ato comum a seu ambiente; e o tempo que passou no cárcere, apenas mais uma fase em sua vida, como na de outros semelhantes e ele.

Tomando-o como modelo, vemos que a sociedade não o priva da ‘liberdade de uma vida em comum’, pois esta ‘vida em comum’ nunca existiu – ele sempre esteve excluído desta convivência, em outro ‘universo’:

*“(...) Parecia realizar o que cada ladrão deseja: aquela organização, aquela sociedade livre, poderosa, que só era ideal na prisão, onde cada ladrão e mesmo cada assassino seriam apreciados abertamente e por nenhuma outra razão além de seu valor como ladrões ou assassinos. A polícia torna impossível as associações de malfeitores, e logo os grandes bandos são destruídos, quando não se limitam apenas à imaginação de jornalistas ou de policiais. O ladrão e o assassino só conhecem a camaradagem no fundo das prisões, onde seu valor, enfim, é reconhecido, aceito, recompensado, honrado. Já não existe essa "máfia", salvo a dos cafetões que são dedos-duros. O assaltante e o matador estão sozinhos, às vezes com alguns amigos. Se eles se freqüentam como colegas, convém sempre ficar de olho, responder de maneira vaga às perguntas: "Oh! eu me viro", só dar publicidade aos fatos no dia em que se é apanhado. Mas a grande felicidade de ver seu nome sob uma foto, pensar que os colegas estão com inveja dessa glória, paga-se com a liberdade e muitas vezes com a vida, de maneira que cada serviço, assalto ou assassinato será uma maravilha de arte, pois daquele, do último que seja, virão a morte e a glória. (...)"<sup>4</sup>*

Outro detalhe interessante em Jean Genet é o fato de ele conseguir transcender sua realidade através da literatura. Jean Genet passa seu tempo no cárcere descrevendo suas histórias. Sartre registra que, para Genet, ‘escrever é um meio erótico’ em sua apresentação de ‘Nossa Senhora das Flores’ na Edição da Nova Fronteira, 1983.

---

<sup>4</sup> GENET, Jean. *Pompas Fúnebres*. Tradução de Ronaldo Lima Lins e Irène M. Cubric. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p 258.

Lendo outras obras como *Junky - drogado*, de William S. Burroughs ocorre uma aproximação ainda maior da idéia de que um presidiário é, antes de tudo, um ser humano, desprovido pelo Estado de elementos que lhe são essenciais: ‘humanidade’ e ‘liberdade’.

E, com tudo isso, pode-se perceber, em nosso dia-a-dia, que o cárcere torna-se um espelho da sociedade que o gera: nós, cidadãos “honestos” estamos “presos”, com grades nas janelas de nossas casas, morando em condomínios que funcionam como fortalezas medievais, com um medo sempre crescente de andar sozinho pela cidade – nosso direito de ir-e-vir também está comprometido!

Mas não vou me deixar levar por esta face da análise. O parágrafo anterior cabe aqui apenas como mais um elemento que não se pode ignorar no decorrer deste trabalho.

Cabe ainda citar Caio Prado Júnior, quando critica as sociedades que promovem e utilizam a escravidão, decretando seu próprio “castigo”, pois fala de situações que deveriam ter sido melhor avaliadas por seus autores:

*“(...) E por isto, para objetivo tão unilateral, puseram os povos da Europa a sua civilização e cultura. O que isto representou para eles, no correr do tempo, de degradação e dissolução, com repercussões que se vão afinal manifestar no próprio terreno do progresso e da prosperidade material, não foi ainda bem apreciado e avaliado, nem cabe aqui abordar o assunto. Mas terá sido este um dos fatores, e dos de primeiro plano, do naufrágio da civilização ibérica, tanto de uma como de outra de suas duas nações. **Foram elas***

***que mais se engajaram naquele caminho; serão elas também suas principais vítimas.***<sup>5</sup>

Talvez seja “forçar a barra”, ou impor uma interpretação muito pessoal neste trabalho, mas minha intenção é realçar a necessidade de analisarmos este momento onde irrupções de violência, de “pequenas revoltas”, de evidentes injustiças sociais, se fazem notar em nosso cotidiano de forma cada vez mais contundente e; onde a sociedade civil se posiciona de forma alheia e até mesmo com idéias deturpadas sobre um problema que existe e se faz notar: a violência sempre crescente por parte de grupos historicamente excluídos.

Outra face importante sobre o tema que acho necessário citar neste momento é que este ato de exclusão, o encarceramento, é o ato mais cruel que a sociedade pode realizar: ele ‘mata’ a todos, independente de seus crimes, e os mantém vivos para presenciarem sua própria putrefação. Esta afirmação pode soar um tanto “forte” e sem um respaldo “científico”, mas ao seguirmos adiante na análise dos textos que tive acesso, esta afirmação se tornará, em cada parágrafo, mais evidente.

...

Seguindo as possibilidades de objetos de análise para a composição desta monografia, surgiu também a possibilidade de me aproximar de agentes que atuam próximos a encarcerados, como a

---

<sup>5</sup> PRADO Júnior, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo – colônia. São Paulo: Brasiliense, 1983. 18ª edição. 1ª edição em 1942. p271.



Pastoral do Cárcere, em Mariana, que desenvolve algum trabalho junto aos presidiários mantidos na Delegacia do município. Porém o trabalho deste grupo é, em essência, assistencial, e minha presença poderia gerar expectativas que eu não estaria em condições de satisfazer.

Para minha sorte, tomei conhecimento do lançamento do livro “Estação Carandiru” escrito por Dr. Dráuzio Varella, médico cancerologista que, em 1989 iniciou, na Casa de Detenção do Carandiru – o maior presídio que havia no país, na cidade de São Paulo – um trabalho voluntário de prevenção à Aids. Este livro narra as experiências e histórias que Dráuzio Varella encontrou enquanto frequentou esta prisão. Um dos leitores de seu livro comenta:

*“Seu relato neste livro tem as tonalidades da experiência pessoal - resulta dos relacionamentos que a profissão de médico permitiu manter com presos e funcionários; não busca denunciar um sistema prisional antiquado e desumano; expressa uma disposição para tratar com as pessoas caso a caso, mesmo em condições nada propícias à manifestação das individualidades. 'Estação Carandiru' fala das pessoas que Drauzio Varella conheceu. São crônicas sobre formas de viver e morrer.”<sup>6</sup>*

A partir da leitura deste livro, vislumbrei a possibilidade de estar trabalhando com textos escritos por encarcerados, ou sobre encarcerados. Novamente as circunstâncias me foram favoráveis pois, logo depois foram publicados 7 (sete) livros, talvez mais, escritos por encarcerados. Tive acesso a 4 (quatro) destes livros, todos publicados

<sup>6</sup> Comentário de um leitor, retirado da página da Livraria Cultura na Internet: <http://www.livrariacultura.com.br>.

nos últimos 3 (três) anos, cujos autores são, ou foram presidiários, e que escreveram sobre sua experiência dentro do cárcere. Existem mais 2 (dois) livros que foram escritos por agentes penitenciários, discorrendo também sobre suas experiências no cotidiano dos cárceres onde trabalharam.

Os livros são:

**Letras da Liberdade:** um livro de contos escritos por presidiários. Estes contos foram selecionados através de um concurso promovido entre os chamados “re-educandos” do Complexo do Carandiru. Foram apresentados 345 textos e apenas 15 compuseram o livro. Sua riqueza está em sua diversidade: múltiplas origens, múltiplos conflitos, múltiplos contextos sociais – um mesmo destino: o cárcere.

**Sobrevivente André Du Rap do massacre do Carandiru:** um livro escrito por um encarcerado, neste caso, um cantor de *rap*, conhecido e respeitado no cárcere por suas idéias e postura. Vivenciou e descreveu inúmeras situações desumanas que são tidas como naturais e até mesmo necessárias para a manutenção de uma chamada “ordem” dentro de um presídio.

**Memórias de um sobrevivente:** este é o livro que vou destacar neste trabalho, também escrito por um encarcerado: Luiz Alberto Mendes. Este será escolhido por se tratar da história de um

indivíduo que viveu quase sua vida toda na prisão. Menor, ficou preso no antigo Recolhimento Provisório de Menores (RPM) e enviado para o Instituto de Menores de Mogi-Mirim até completar 18 anos. Logo depois, aos 19 anos, foi preso novamente, passa por inúmeras detenções e momentos de liberdade até ser condenado a 70 anos de prisão por inúmeros assaltos e um assassinato. Com 49 anos, momento de sua vida em que publicou o livro, ainda continuava na prisão.

**Diário de um detento:** mais um livro escrito por um detento, Jocenir Prado, com um requinte a mais: Jocenir também é poeta, e uma poesia sua virou letra de música que ficou conhecida na voz de Mano Brown do grupo de *rap* Racionais MC's. Uma diferença importante é que Jocenir não é um criminoso, ele se declara inocente das acusações que lhe foram imputadas, é pai de família, comerciante; diferente de Luiz Alberto Mendes, que assume, desde a adolescência, sua postura de criminoso, e se dedica inteiramente ao crime.

**Código de cela:** foi escrito por um agente penitenciário. É um livreto tratando o tema de forma bastante superficial, mais preocupado em destacar gírias, tatuagens e desenhos, e informar seus significados.

**Portal do Inferno... mas há esperança:** seu autor, "Luizão" – Luiz Camargo Wolfmann – ingressou no Sistema Penitenciário em

1955. Foi Diretor da Casa de Detenção de São Paulo, assessor técnico do gabinete do secretário de Segurança Pública e de Justiça de São Paulo, entre outros cargos afins. Sua trajetória é rica sobre o tema e sua narrativa denota seriedade, mas também antagonismos.

Este livro é um dos mais importantes, junto com “*Memórias de um Sobrevivente*” de Luiz Alberto Mendes, pois juntos descrevem a vida dentro do cárcere, porém, com olhares diferentes.

Assim, tomando como pólos principais os livros de Luiz Alberto Mendes e *Luizão Wolfmann*, aproximando-os de textos clássicos sobre crimes, penas e sistema carcerário, me mantendo atento a inúmeros textos que tive a oportunidade de ter acesso; pretendo construir uma narrativa onde procuro traçar uma silhueta do sistema penitenciário em nosso país e em seu sujeito principal: o detento. O foco estará, pelas fontes escolhidas, próximo à maior cidade de nosso país: São Paulo, no final do século XX. No entanto, o alvo que pretendo atingir está na mentalidade que se faz perceber por trás da violência, dos códigos de honra e das “verdades parciais” que se estabelecem no cotidiano de vidas distorcidas pela negação de um elemento essencial para qualquer ser humano: a *LIBERDADE*.

## **ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS – Que caminho seguir?**

Desde o primeiro momento em que me propus elaborar esta monografia, a questão acadêmica principal que todos os meus colegas e professores me apresentaram era quanto ao “objeto” e “recorte” de minha pesquisa.

Assim, História do Cárcere: onde e quando? Cárcere: edifício?; aparelho social?; crime?; criminoso?; leis?; violência?; agente penitenciário?; policial?; penas?; São Paulo?; Carandiru?; FEBEM?; Rio de Janeiro?; Cidade de Deus?; Mariana?; Ouro Preto?; 2003?; século XIX?; outubro de 1992?; 1992-2003?; Luiz Alberto Mendes?; História Oral?; História das Mentalidades?; História Quantitativa?; História Documental?; História Social? História Sociológica? História Cultural? Fontes?; Conceitos?; etc.

Tantas escolhas, tantas histórias diversas.

E a condenação era irrevogável: deveria, por exemplo, descrever a “Atuação da Pastoral Carcerária de Mariana na Cadeia Local entre os anos 2000 a 2003”; utilizando a metodologia da História Oral, aplicando entrevistas a membros da Pastoral Carcerária neste período. Nada mais objetivo e recortado, que diria muito pouco sobre quase nada, mas obedeceria a todas as normas acadêmicas.

Parti, assim, em busca de meu objeto e tempo perdidos. Para minha comodidade, o mercado editorial me supriu com excelentes

fontes: são lançados inúmeros livros escritos por detentos ou sobre detentos no vácuo da publicação da obra “Estação Carandiru”, escrito por Dráuzio Varella, na qual o autor relata sua experiência como médico na Casa de Detenção; mais conhecida como “Carandiru” (nome do bairro em que o presídio estava situado); e onde iniciou um trabalho voluntário de prevenção à AIDS em 1989.

Junto a estas fontes, já citadas e descritas na Introdução, procurei ler alguns autores clássicos sobre o tema, passando pelas “Ordenações Filipinas”<sup>7</sup>, pelo “Panóptico”<sup>8</sup>, e por “Dos Delitos e das Penas”<sup>9</sup>. Obviamente, não me esqueci de ícones como Michel Foucault e Michelle Perrot. E, para compreender melhor o valor do sujeito que procurei abordar, dediquei bastante tempo a leituras sobre aspectos antropológicos e sociológicos, em especial Alba Zaluar na antropologia e Gramsci, Georg Simmel e Luiz Eduardo Soares na sociologia.

Enquanto realizava estas leituras e discutia sobre minha pesquisa, a todo momento era alertado por colegas, professores e meu orientador sobre o perigo de estar ampliando em demasia meu campo de leitura – mas este foi um risco assumido, principalmente por ser esta monografia um trabalho de graduação que, a meu ver, não

---

<sup>7</sup> LARA, Sílvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas – Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 512pp.

<sup>8</sup> BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 180pp.

<sup>9</sup> BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. Tradução de J. Cretella Jr. E Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 2ª edição revista. 152 pp.

apenas permite, como é o momento mais propício para leituras mais abrangentes, com um caráter mais de formação que de resultados.

Assim, realizei leituras e atividades com História Oral – pensando na possibilidade de realizar algumas entrevistas com detentos ou agentes sociais que atuassem junto a detentos –; História Quantitativa e Pesquisas de *Survey* – acessando tabelas de dados sobre a população carcerária no Brasil e pesquisas realizadas pelo NEASPOC junto à população de Mariana e Ouro Preto sobre violência e sobre o Sistema Penitenciário –. Fiz ainda leituras sobre História Cultural, História Social, História Sociológica, História do Presente e História das Mentalidades.

Enfim, não quis deixar nenhuma possibilidade passar sem que eu houvesse feito uma análise mínima sobre seus aspectos e contribuições.

...

No momento em que este trabalho se encaminhou para uma “reta final”, as opções passaram a assumir seu lugar e importância e as fontes passaram a oferecer múltiplos objetos e temas com possibilidades para o desenvolvimento de um bom trabalho acadêmico.

Após esta efêmera saga, optei por tentar desenvolver uma análise de História Social, me aproximando do sujeito “criminoso”, não

questionando modelos penitenciários, embora não ignore a influência dos mesmos sobre o sujeito enfatizado.

Não utilizei a metodologia da História Oral e da História Quantitativa, embora em alguns momentos eu utilize seus elementos para ilustrar e até mesmo legitimar minha narrativa.

Por pretensão, procurei desenvolver uma análise comparativa; não comparando tempos e espaços específicos, mas comparando discursos afins: o discurso do criminoso; o discurso acadêmico sobre o tema e o discurso do agente penitenciário – este último, como elemento executivo do sistema ideal acadêmico, cujos efeitos atuam de forma perversa e distorcida sobre o primeiro – o criminoso.

Gostaria também de ter inserido uma análise sobre o discurso dos profissionais do Judiciário mas, infelizmente, a inclusão deste elemento ficará aguardando um desenvolvimento posterior.

Seguindo adiante, este trabalho exige a definição de alguns conceitos e objetos que estarão sendo apresentados, e este será o próximo passo/capítulo desta narrativa.



## CONCEITOS – Quem? O quê?

---

### - O CRIMINOSO

Escolhi para personagem principal deste trabalho, o **criminoso!**

Segundo o Dicionário Aurélio<sup>10</sup>, criminoso é aquele “em que há, ou que constitui ou importa crime”; aquele que “cometeu crime”; ou “aquele que praticou crime; réu”. Já o crime exige conceitos formais, substanciais e analíticos para ser definido, podendo conter dolo, culpa ou ofensa, suscitando uma reação organizada na sociedade, repreensão ou castigo.

Mas, na realidade, existem vários tipos de “crime”: nós temos o “crime contra a pessoa”; o “crime contra o patrimônio”; o “crime contra os costumes”; e um caso a parte, “entorpecentes”. No entanto, todos estes atos, tem por autor, nosso “objeto social”: o criminoso!

No caso dos “entorpecentes”, temos o criminoso “traficante”, que participa de um grupo com alguma organização, organização esta exigida pelo próprio comércio do produto que lhe dá origem: as drogas ilícitas. Assim, temos um criminoso camponês, que cultiva a maconha, a coca, a papoula; temos também um criminoso trabalhador, que transporta a droga dos locais e países produtores até cidades brasileiras ou ainda o criminoso “exportador”, que leva a droga para centros consumidores na Europa e Estados Unidos (principalmente); e

---

<sup>10</sup> Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

não podemos nos esquecer do criminoso “pequeno comerciante”, pequeno e fraco, que promove a venda das drogas para o usuário final.

Mas esta classe de criminoso exige um trabalho específico, que se disponha a analisar melhor sua estrutura, presença e interação com a sociedade.

Neste trabalho, o criminoso que pretendo enfatizar é o que chamarei de “criminoso assumido”, onde Luiz Alberto Mendes é um exemplo típico. Ainda adolescente, Luiz declara em seu livro:

*“Uma revolta densa ia tomando conta de meu ser. Queria agora era ser bandido mesmo. Viver armado para nunca mais me sentir fraco e indefeso. Queria matar policiais, assaltar qualquer um, sem dó ou piedade. Abrir cabeças a coronhadas, dando tiros, cortando em tiras as vítimas. Todos tinham culpa do que eu passara. Todas as pessoas lá fora eram culpadas, e eu ia cobrar caro, ah, se ia! Não tinha duvidas, eu trucidaria! Mataria a cada um que apenas pensasse em se colocar em meu caminho. Espumava pelos cantos da boca de rancor e ódio ao expor meus ideais. Sentia-me com o poder de ser cruel ao máximo. Odiava policiais. Jamais tivera qualquer preconceito, mas isso acho que valia como preconceito. Polícia para mim não era gente, e todos mereciam ser mortos da forma mais bárbara possível. Os outros pensavam como eu. Os policiais seriam nossos inimigos vitais, para sempre.”<sup>11</sup>*

E este sentimento amadurece com ele, reforçado por suas passagens por delegacias e prisões e também pela vida de crimes que passa a constituir seu cotidiano. Aos dezoito anos sua opção estava ainda mais clara:

<sup>11</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um Sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p154.

*“Nos últimos tempos, minha cabeça mudara muito. Tinha a ver com tudo o que vivera nas prisões. Estava mais calculista, mais violento, prepotente, mais duro e até cruel. Já pouca coisa me importava. Já não me preocupava se tivesse que atirar em alguém. Atiraria agora, sem vacilar. Achava que personificava o crime.*

*Havia optado definitivamente. Conseguira me transformar em um bandido, colocava-me na postura de um assaltante perigoso e procurava divulgar essa imagem.*

*Vestia-me, caminhava e falava como um homem com poder de vida e morte. As armas eram quase extensão de meus braços, até ao banheiro ia armado. Adorava armas, vivia desmontando-as, limpando, azeitando, treinando tiro ao alvo com elas e, infantilmente, girando-as nos dedos, tipo banguê-banguê. Não ligava para a vida de quem não estivesse ao meu lado, e já não estava apaixonado por ninguém.”<sup>12</sup>*

Em seu livro, Luiz, aplaudido pela crítica<sup>13</sup>, soberbo escritor, se aproxima dos textos de Jean Genet quando faz sua apologia ao crime:

*“Sermos bandidos era a glória. O nosso poder parecia infinito dentro do carro, com as armas. Tudo era nosso. Era só descer e tomar. Se tudo o que tinha significado estava nas mãos dos outros, nada mais justo que fôssemos tomar nossa parte. Por que tudo para eles e nada para nós? Cobia-nos buscar nossa parte da maneira como aprendêramos a buscá-la.*

*Todos eram iguais a nós. Estávamos justificados se matássemos, roubássemos. Quem se interpusse no caminho que seguíamos em busca de nossos objetivos, merecia morrer. Nada mais correto. Tudo o mais parecia irrelevante.”<sup>14</sup>*

Os demais livros analisados perdem um pouco sua “força conceitual” por apresentarem impressões de “criminosos ocasionais”, isto é, que não assumem seu caráter criminoso. O crime é apenas um

<sup>12</sup> *Idem.* p 313-314.

<sup>13</sup> CULT – REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA. ano VI. nº 59. Julho de 2002. São Paulo: Editora 17.

<sup>14</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 371-372.

ato inseqüente, independente de sua vontade, uma fatalidade. Os autores dos demais livros narram suas impressões e experiências na prisão, criticam o sistema penitenciário, mas não se apresentam como atores sociais marginais, opostos e em guerra contra a sociedade.

Luizão Wolfmann também reconhece este aspecto em seu livro “Portal do Inferno” e faz uma diferenciação entre criminosos:

*“Há de se fazer uma distinção entre bandido e criminoso: ambos são tratados como se pertencessem à mesma categoria, até e lamentavelmente por aqueles que por dever de ofício deveriam distingui-los. Todo bandido é criminoso, porém nem todo criminoso é bandido.*

*Segundo o conceito moral, substancial e analítico, a violação da lei penal constitui crime. Portanto, este, sendo um cidadão honesto, poderá, eventualmente, “por acidente de percurso”, quando fatores imprevisíveis se façam presentes, ser conduzido à desdita miserável de ser condenado, cujas circunstâncias não poderão leva-lo a ser visto e tratado como se bandido fosse.*

*Aquele, entretanto, além de se enquadrar em todos os conceitos jurídicos reais e imagináveis que o caracterizam como criminoso, faz do crime profissão, tornando-se criminoso costumaz (bandido).”<sup>15</sup>*

Existe ainda o criminoso patológico que, como o “traficante”, exigiria uma outra análise, um outro contexto, outras leituras e olhares.

...

Luiz Alberto Mendes optou pelo crime. Não quero dizer com isto que ele seja “um homem mau”. Luiz é uma pessoa que teve uma postura muito clara, que reconhece seus atos: não foge, não se esconde, não se envergonha de seus atos. Assim como Jean Genet,

---

<sup>15</sup> WOLFMANN, Luiz Camargo. *Portal do Inferno... Mas há esperança*. São Paulo: WVC, 2000. p25.

Luiz Alberto Mendes lida com seu comportamento sem pudores ou moralismos:

*“Todos os meus parâmetros eram de prisão. Em tudo eu pensava apenas como um preso. Estava condicionado a me defender sempre, em qualquer tempo. Sentia que o mundo e as pessoas só me prejudicaram e fizeram sofrer. Não era bem assim, mas era assim que eu via, destacava apenas o que me ferira, valorizava apenas o meu sofrimento, que se fodesse os dos outros. Imaginava não conhecer bondade nem amor. Amor para mim era sexo. Estava preparado apenas para defender e resistir. Se me desse uma chance, revidar com extrema violência, para matar, se facilitassem. Procedia e pensava como um sobrevivente de alguma guerra. Era aquela educação de que as instituições do governo me dotaram. Era um produto, a ponta do iceberg.”<sup>16</sup>*

Luiz era, sem dúvida, uma “pessoa boa”. Sua história deixa esta impressão de forma inquestionável. Temos uma passagem que exemplifica seu caráter:

*“Jamais consegui ver pessoas sofrendo, sem me comover. Meu próprio pai sempre dissera que eu não era mau, que possuía um bom coração. Mas sabia que aquilo era paradoxal, pois meu coração estava cheio de revolta e desespero. O sofrimento tinha duas conseqüências. Ao mesmo tempo que me revoltava e embrutecia, tornava-me profundamente sensível à dor alheia. Isso me confundia bastante, pois ainda não sabia refletir ordenadamente sobre fatos. Não possuía método. Tudo embolava na emoção, e precisava de ação para me aliviar daquele tumulto. Meu Deus! Que reviravolta de emoções! Aquilo me desequilibrava.”<sup>17</sup>*

Em outra passagem Luiz até assume uma postura de “herói”:

*“Os atacantes juntaram-se em cima do rapaz. Percebi que, naquela chuva de pontapés, poderiam matar a vítima. Instintivamente, sem pensar, interfeiri. Entrei no meio da*

<sup>16</sup> MENDES, Luiz Alberto. Op. cit. p 189-190.

<sup>17</sup> Idem. p 194.

*rapaziada decidido, empurrando e afastando, vigorosamente, todos de cima do sujeito. Não sei onde encontrei forças e coragem, mas consegui separa-los. Isso deu ensejo a que o jovem agredido tomasse fôlego e saísse, em desabalada carreira, rua abaixo. Os agressores me olharam rancorosos e partiram em seu encalço”<sup>18</sup>.*

Em uma abordagem mais técnica sobre o assunto, podemos citar novamente Luizão Wolfmann apresentando várias teorias criminológicas sobre a origem do crime e, conseqüentemente, do criminoso:

*“São várias as teorias criminológicas que procuram explicar a gênese do delito, entre elas, três são reconhecidas como as principais, conforme assinala Walter Reckles, professor de Sociologia da Ohio State University: 1) Teoria biológica e constitucional, também chamada do desvio de escola de biologia criminal – segundo a qual os móveis principais do desvio de conduta se encontram na estrutura hereditária física e mental do indivíduo; 2) teoria psicogenética, segundo a qual a formação do caráter anti-social depende dos defeituosos relacionamentos familiares nos primeiros anos de vida; 3) teoria sociológica, entendendo que pressões e as influências do ambiente social geram o comportamento delinqüente.”<sup>19</sup>*

Esta última leitura apresenta o aspecto acadêmico no qual muitos intelectuais enquadram o sujeito social que estamos analisando. Ou, melhor dizendo, esconde o sujeito social e histórico, elimina do criminoso seu desejo, seu sentimento e sua própria existência.

Temos, por exemplo, Michel Foucault, um estruturalista, que trata sobre o tema dando pouca ou nenhuma importância ao indivíduo,

<sup>18</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 213-214.

<sup>19</sup> WOLFMANN, Luiz Camargo. *Op cit.* p23.

discorrendo apenas sobre a estrutura penitenciária e seus significados. Este aspecto será analisado mais detalhadamente no próximo tópico.

Michel Foucault publicou um livro chamado “*Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*”<sup>20</sup>. Este livro nos apresenta um texto escrito pelo próprio assassino onde ele narra sua história, desde sua infância, passando pelo crime e descrevendo ainda seus conflitos mentais. Foucault também apresenta textos jurídicos e médicos escritos por profissionais contemporâneos ao fato e que atuaram no processo. Mas, em nenhum momento, analisa ou comenta os escritos ou as atitudes de seus autores. Fica ao leitor a tarefa de interpretar o conjunto de textos desta obra ou, como o próprio Foucault comenta em outro texto de sua autoria:

*“(...) Não quisemos de maneira nenhuma fazer neste livro uma análise psicológica, psicanalítica ou lingüística de Pierre Rivière, mas sim fazer aparecer a maquinaria médica e judiciária que cercou a estória. (...) O que é espantoso é que este texto, que lhes havia deixado sem voz na época, deixou-os no mesmo mutismo hoje.”*<sup>21</sup>

Infelizmente, falta neste trabalho um estudo sobre psicologia; como surgiriam os sentimentos e como se desenvolve o comportamento do nosso criminoso Luiz. Apenas encontrei uma referência em um artigo sobre o filme “Carandiru”, que diz:

*“Todos sabemos (ou devíamos saber) que os seres humanos, ao nascer, trazem consigo apenas dois instintos: o*

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 3ª edição, 1984. 296pp

<sup>21</sup> FOUCAULT, Michel. *Sobre a prisão*. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 6ª edição. p 139-140.

*de conservação da própria vida (daí amanhecerem na silva todos os dias em busca de suas presas) e o instinto de reprodução (por isso mesmo, enchem as ruas de pessoas que jamais verão a face de seus pais ou ouvirão uma palavra de amor).”<sup>22</sup>*

Tentei encontrar alguma referência mais consistente para esta afirmação, ou pelo menos o intelectual gerador desta idéia, mas não obtive sucesso (suspeitei de Freud, mas também não consegui uma confirmação). Nem mesmo o próprio autor do texto soube me dizer a origem de sua afirmação, apenas, como em seu próprio texto, apresenta a afirmação como “senso comum” (?).

Voltando ao nosso sujeito, o criminoso Luiz Alberto Mendes, encontramos no final do livro, sua “conversão para o bem”, através da literatura:

*“O crime, a malandragem, a idéia que perseguira desde a infância, de ser bandido, malandro, foram se afastando do meu foco de visão. Agora aquilo era muito pouco para mim, diante dos horizontes que divizava. A cultura, o aprendizado, levavam-me a fazer uma releitura do mundo. Havia um lado melhor, e eu queria pertencer a ele. Claro, a cultura do crime que assimilara desde a adolescência ainda era, de certa forma, dominante em mim, mesmo que não conseguisse perceber. Estava no meu sangue, nos meus ossos, demoraria a vida toda para conseguir um certo equilíbrio com a cultura social.”<sup>23</sup>*

Na realidade, podemos ver, além de um criminoso, marginal, excluído pelas normas de conduta social, um cidadão/indivíduo que “luta” por seu lugar na sociedade, por seu “bem estar”, por sua

<sup>22</sup> RODRIGES, Ricardo Madureira. *Os monstros do Carandiru*. Jornal: O Estado de Minas, 03/06/2003.

<sup>23</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 468.



felicidade. E sua vitória não tem preço! Mas ocorre uma mudança, uma transformação, e é esta mudança, esta transformação, esta revolução, será um dos tópicos que pretendo identificar.

## **- O CÁRCERE**

Para começar a dissertar sobre “cárcere”, acho interessante descrever uma pequena “história” da mudança que ocorreu no sistema penitenciário no final do século XVIII, e que se sustenta até os dias de hoje. Para isto, vamos caminhar até as Ordenações Filipinas e Cesare Beccaria.

Nas Ordenações Filipinas vamos encontrar os primórdios das penas, onde o suplício é o mecanismo oficial. Silvia Hunold Lara nos faz uma excelente apresentação das Ordenações Filipinas na edição produzida pela Companhia das Letras:

*“Para ser eficaz, portanto, a punição devia ser afirmativa e exemplar: como exercício de poder, ela devia explicitar a norma, fazer-se inexorável e suscitar temor. Não é por outra razão que as punições no Antigo Regime transformavam-se em espetáculo, em pedagogia capaz de atingir o corpo do criminoso e, principalmente, impressionar os sentidos dos demais súditos e vassallos. O lugar onde era construído o patíbulo, a escolha do dia da execução e do roteiro por onde passaria o cortejo penal, a distribuição dos lugares a serem ocupados pelos membros da nobreza, milícias etc. – tudo fazia do ritual punitivo uma cerimônia política, de reativação do poder e da lei do monarca. O suplício penal fazia-se proporcional à ofensa cometida contra o soberano e sua lei; ao efetivar-se sobre o corpo do condenado (marcando-o, quebrando-o e subjugando-o fisicamente), explicitava o triunfo e a glória reais.*

*É somente nesse contexto que o significado das chamadas “mil mortes” se desvenda. Não se trata de simplesmente matar o criminoso, mas de relacionar a gravidade de sua falta ao rigor da punição, fazer com que o sofrimento do condenado inspire temor e sirva de exemplo, expiando suas culpas e restaurando o poder real violado pelo crime em toda a sua força e plenitude. Uma só morte não bastava: criou-se um repertório de mortes, uma tecnologia para fazer morrer, de vários modos e em tempos diversos.”<sup>24</sup>*

Quando tomamos conhecimento que esta prática ainda estava plenamente em vigor no Brasil até 1830, podemos perceber que não se trata de um momento tão distante. Para a história da humanidade, estas práticas ainda são extremamente recentes e, se fizermos uma análise da presença da tortura (que é gritante nos textos usados neste trabalho), tanto durante a ditadura militar, quanto nas descrições dos autores-detentos, veremos que, se o suplício não é uma prática oficial, ainda não deixou de estar presente no cotidiano de nosso sistema penitenciário contemporâneo.

Cesare Beccaria, após conhecer as agruras do cárcere, para onde foi enviado por interferência de seu próprio pai, publica em 1764 um tratado chamado “Dos Delitos e das Penas”<sup>25</sup>, onde discorre sobre os diversos problemas relacionados com a prisão, as torturas e a desproporção entre o delito e a pena. Este livro vem a ser a primeira apresentação sucinta e sistemática dos princípios que governam a

---

<sup>24</sup> LARA, Sílvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas – Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p 21-22. Promulgada em 1603 por Filipe I, Rei de Portugal.

<sup>25</sup> BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1983. 120 pp.

punição criminal onde se condena práticas bárbaras: o uso comum da tortura e da instrução processual secreta, o capricho e a corrupção dos juizes, as punições brutais e degradantes. Ele defende que a eficácia da justiça criminal depende principalmente da certeza da punição, mais que de sua severidade, e que as penas devem ser proporcionais à importância da ofensa.

Muitas mudanças ocorrem neste momento por toda a Europa. Seguindo a história do sistema penitenciário, vamos encontrar uma grande discussão acadêmica ainda no final do século XVIII, onde um dos intelectuais que deixa um trabalho significativo e que caracteriza esta época é Jeremy Bentham com seu projeto de uma prisão ideal.

Michelle Perrot escreveu um artigo sobre esta prisão arquitetada por Jeremy Bentham, chamada de *Panóptico*, onde nos apresenta o contexto do tema neste período:

*“A lei penitenciária de 1779 expressa a opção por um outro caminho. Mas sua eficácia é fraca. As reformas tentadas enfatizam o trabalho em detrimento de todo o resto; chega-se, inclusive, a permitir a redução da pena para os detentos mais aplicados. (...) Os abusos do velho sistema persistem; segue-se amontoando nas prisões arcaicas, infectadas e “imorais”, e nas barcaças, ainda que desacreditadas, a multidão de delinqüentes que contribuem para aumentar uma turbulência crescente. (...) Também voltam a ser muitos os partidários da deportação. A imensidão desértica da Austrália está à disposição.(...) Botany Bay, na Austrália, chegaria a ser o símbolo do fracasso de uma sociedade obrigada à expulsão de seus dejetos.*

*E o que acontece com o encarceramento em tudo isso? Nessa época, Bentham vê, sobretudo, seus efeitos*

*negativos. Eficaz unicamente com relação à eliminação do poder de prejudicar, ele é nulo do ponto de vista do benefício, posto que aniquila uma força de trabalho não apenas no presente, mas também no futuro, pelo hábito (criado ou mantido) da ociosidade. (...) Solidão, escuridão e dieta parecem-lhe sensatas punições. Cuidado, contudo, com a abstinência que pode aumentar o prazer de comer. ... Com relação à solidão, há que usá-la, mas moderadamente: Quando a faculdade sensitiva está em movimento, a imaginação trabalha e chega até a produzir fantasmas. (...) A solidão pode conduzir à loucura.”<sup>26</sup>*

Neste momento histórico, as discussões ocorrem tanto em relação à forma de punir, quanto à própria arquitetura das prisões. A influência do iluminismo, com a preponderância do racionalismo coordenando todas as ações humanas na época fica evidente. Continuando com o mesmo artigo de Michelle Perrot, encontramos um comentário de Louis-Pierre Baltard, contido em sua obra “Architectonographie des prisons” (Baltard, 1829), que ilustra o desenvolvimento de uma reflexão espacial sobre o sistema penitenciário e reflete as idéias que imperavam neste período:

*“Poder-se-ia dizer que os ingleses infundem em todas as suas obras o gênio da mecânica, que se aperfeiçoou entre eles. Eles gostariam que suas construções funcionassem como uma máquina submetida à ação de um único motor”.*<sup>27</sup>

Michelle Perrot também nos dá uma excelente descrição do *Panóptico*, a prisão ideal de Jeremy Bentham:

*“O projeto primitivo de Bentham sustenta-se no domínio absoluto da torre central, tabernáculo do olhar, ao qual se*

<sup>26</sup> PERROT, Michelle. *O inspetor Bentham*. Tradução de Guacira Lopes Louro. pp 121-122. In: BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 180pp.

<sup>27</sup> *Idem*. p132.

*atribui onipotência quase divina. Dois anéis concêntricos: na periferia, quatro ou seis andares de celas; no centro, a torre do governador. Os apartamentos são construídos, nessa torre, de forma alternada, sendo seu número, portanto, menor do que o de celas do anel periférico. Ela é arrematada pela capela. Essa torre está completamente isolada por meio de um fosso (dead part), e as comunicações encontram-se asseguradas pelo olho (daí a extrema importância da iluminação, das persianas e dos postigos) e pela voz da autoridade, que desce até os presos por tubos metálicos construídos para essa finalidade.”<sup>28</sup>*

O *Panóptico* ilustra muito bem as questões em voga naquele momento: Qual é a melhor maneira de punir? Qual é a melhor prisão? Michelle Perrot apresenta o *Panóptico* como “uma das expressões mais perfeitas” para o “novo modelo da prisão”<sup>29</sup> que está sendo elaborado entre 1780 e 1820 e, sobre as idéias de Jeremy Bentham ela afirma:

*“Bentham opta resolutamente pelo encerramento; ... escolhe as vantagens do trabalho em comum; e, acima de tudo, põe sua confiança na força de um controle em todos os instantes, controle do corpo que se insinua nos movimentos de uma psicologia que não tem como escapar à influência de um ambiente completamente condicionado. Projeto pedagógico, ele reúne o grande esforço de escolarização e de moralização das classes populares britânicas (...)”<sup>30</sup>*

Mas este sistema já começa apresentando defeitos e a própria Michelle Perrot vai fazer a denúncia da prisão como um fator de exclusão social:

<sup>28</sup> PERROT, Michelle. *O inspetor Bentham*. Tradução de Guacira Lopes Louro. pp 121-122. In: BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p 134.

<sup>29</sup> PERROT, Michelle. *Delinquência e sistema penitenciário na França do século XIX*. In: \_\_\_\_\_. *Os Excluídos da História*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p 262.

<sup>30</sup> PERROT, Michelle. *O inspetor Bentham*. Tradução de Guacira Lopes Louro. pp 121-122. In: BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p 136.

*“O sistema penitenciário parece então ter se desviado profundamente de suas intenções iniciais. Longe de reintegrar, ele expulsa, evacua, suprime os irrecuperáveis. Mas ao mesmo tempo revela talvez sua finalidade oculta e verdadeira: defender a sociedade industrial burguesa fundada sobre a propriedade e o trabalho. A prisão é a ilusória válvula de segurança dessa sociedade.*

*O século XIX criou o “frio penitenciário”. Pouco a pouco, ele edifica a prisão de hoje.*

*No interior da prisão, o sistema visa a destruir qualquer comunidade, a impedir qualquer forma de sociabilidade, a fim de submeter o recluso às influências exclusivas do alto e impedir “o contágio do vício”, essa cólera.”<sup>31</sup>*

Vemos então uma gênese que visava o bem estar e a integração do criminoso, com o abandono de práticas bárbaras e a preocupação com a integração do indivíduo à sociedade. Porém tal fato não ocorre e as deformações aparecem e permanecem.

Na História de Cárcere de Luiz Alberto Mendes, no final do século XX, está exposta a perpetuação da barbárie humana dentro das prisões:

*“A sociedade da época, enganada, julgava que estávamos sendo reeducados. Mas estávamos era desenvolvendo, ampliando e trocando nossos conhecimentos relacionados com o crime. Tenho certeza de que aqueles que executavam aquele trabalho de nos manter presos, como o juiz de menores, guardas e funcionários públicos, sabiam que não estavam nos reeducando. Isso fica claro pelo fato de que a maioria de nós estava condenada a ali permanecer até completar a maioridade. Alguns, os tidos e havidos como mais perigosos, após completar os dezoito anos, ainda eram enviados à Casa de Custódia de Taubaté, onde permaneciam presos, nas mãos de psiquiatras (esses*

<sup>31</sup> PERROT, Michelle. *Delinquência e sistema penitenciário na França do século XIX. In: \_\_\_\_\_. Os Excluídos da História. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p 265-266.*

*loucos), até completar vinte e um anos. Se acreditassem que nos reeducavam, nos soltariam antes, reeducados.*<sup>32</sup>

No momento descrito acima, Luiz Alberto Mendes ainda era adolescente, e estava sendo mantido no Instituto de Menores de Mogi-Mirim, local e momento onde os “princípios nobres” que norteavam a origem do encarceramento poderia obter algum resultado, promovendo a integração social daqueles menores infratores. Mas tal não ocorre e o único resultado é o aprofundamento da revolta e do caráter criminoso nos indivíduos submetidos a este sistema, como vemos nas palavras de Luiz Alberto Mendes quando este já estava condenado a pelo menos 70 anos de detenção, aos 19 anos de idade:

*“Estávamos cientes de que aqueles que nos barbarizaram o fizeram em nome de uma sociedade. Uma sociedade que nos repelia, brutalizava, segregava, e que quase nos destruía. E o pior: uma sociedade que precisava dessas monstruosidades para se manter. A tortura era uma instituição social.”*<sup>33</sup>

*“Havia um pensamento inscrito na entrada, segundo o qual o trabalho e a disciplina reabilitariam o homem para o convívio social. Era a maior demagogia, pensávamos. Havia muito que não acreditava em instituição alguma. Tudo me cheirava a hipocrisia e máscara para enganar o povo.”*<sup>34</sup>

*“Jamais houvera qualquer preocupação em nos reeducar. Tudo era vingança social e contenção.”*<sup>35</sup>

É assim que funciona o sistema carcerário no Brasil no final do século XX, e agora, iniciando o século XXI não temos sequer alguma

<sup>32</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 180.

<sup>33</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 399-400.

<sup>34</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 423.

<sup>35</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 451.

perspectiva de mudança, apesar das barbáries que ocorrem fora e dentro da prisão.



## **LUIZ ALBERTO MENDES – O Médico e o Monstro**

---

Chegamos então à personagem principal deste trabalho, Luiz Alberto Mendes, criminoso.

Como já foi apresentado na introdução deste trabalho, a escolha por esta personagem está vinculada à sua postura assumida de criminoso. Luiz opta pelo crime. Luiz narra sua história descrevendo seu comportamento sem pudores, assim como descreve também todos os ambientes em que viveu e suas relações pessoais:

*“Dona Eida, minha mãe, dizia que até os seis anos eu era um santo. Meu pai, seu Luiz, dizia que eu era débil mental. (...)”<sup>36</sup>*

Sua infância é semelhante à de muitos outros:

*“Na época, Vila Maria, meu bairro, na periferia da cidade de São Paulo, era um barro só. Éramos, então, uma turma de garotos e tínhamos nosso esconderijo no campinho, um terreno baldio enorme. (...)”*

*Era nossa sede. Ficávamos nos masturbando em grupo, bebendo, fumando, escondidos ali. Foi para comer a garotada ali, comprar cigarro, doce, linha, folha de seda, pião, bolinha, figurinha, essas necessidades de todo garoto naquela época, que comecei a roubar. (...)”<sup>37</sup>*

Uma característica que distingue este personagem é que Luiz Alberto Mendes sempre foi bem sucedido na escola, ele apenas tinha um comportamento mais “rebelde”:

*“Sempre passei de ano, jamais repeti. Frequentava escola na marra, não gostava nem um pouco. Era inteligente, aprendia tudo muito fácil. O problema era que*

---

<sup>36</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 13.

<sup>37</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 22.

*meu comportamento era o pior da classe. Não conseguia parar quieto. Estava sempre causando problemas.*<sup>38</sup>

*“Não conseguia reverter esse processo. Parecia compulsório. Tinha de fazer bagunça na classe, chamar atenção sobre mim. Então, com algodão embebido em cândida, apagava a nota da professora e, em cima, botava nota razoável. Até ser descoberto e o espancamento redobrado. Nos bilhetes das professoras comunicando meu comportamento lastimável, falsificava a assinatura de meu pai. Mil e uma maneiras de enganar a tantos quantos pudesse.*

*Aos dez anos consegui o diploma do curso primário. (...)*<sup>39</sup>

Luiz começa a trabalhar cedo, e no trabalho não deixa de demonstrar sua propensão ao crime, roubando cigarros. Jovem e inteligente, Luiz começa a arquitetar seus planos para “se dar bem na vida”, adulterando recibos de vale de seus colegas:

*“Seu Júlio estava ganhando tanto em cima do salário miserável que nos pagava, que nem se preocupava quando o balancete não fechava certinho. Sei lá por quê, julgava justo o que fazia: os torneiros estavam levando quase um terço a mais de seus salários para suas famílias. Eu ganhava mais de cinco vezes o meu salário. Julgava que tanto eu como eles precisávamos, logo, era certo pegar. Não havia uma idéia de roubo em mim, era mais como uma peraltice, um brinquedo. Eu pegava, não roubava.”*<sup>40</sup>

Luiz havia terminado seu curso primário e tinha um grande potencial para continuar seus estudos – mas ele começa a trabalhar...

Sua atividade fraudulenta no primeiro emprego é descoberta. Luiz ganha uma surra enorme de seu pai, mas logo em seguida

<sup>38</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 26.

<sup>39</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 27.

<sup>40</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 43.

consegue um novo emprego, também de *office-boy*, onde efetua um assalto e parte definitivamente para a vida do crime:

*“Sempre levava muito dinheiro ao banco, mas certo dia o auxiliar de escritório exagerou. Deu-me tanta grana que encheu minha pasta, e ainda embrulhou um tijolo de dinheiro em jornal, além de muitos cheques ao portador. No momento em que saí, já estava decidido. Era mesmo impossível resistir mais. Estava fugindo com o dinheiro da empresa. (...)”<sup>41</sup>*

A partir deste momento, Luiz começa a viver na rua, descobre amigos e começa a desenvolver sua personalidade de criminoso:

*“Naquele bar da Galeria Metr pole, passei de menino a adolescente. E com muitas responsabilidades. Adotei toda aquela gente diferente como minha família. Amava-os profundamente, conheci a história de cada um. Durante todo o tempo que durou meu dinheiro, sustentei, com prazer, muitos deles, principalmente as garotas. Sentia-me querido, necessário, importante e plenamente aceito. Seus motivos eram bem parecidos com os meus. Filhos de pais repressores, famílias conservadoras e reacionárias ante a revolu o que acontecia no mundo todo.*

*A juventude se levantava contra o conservadorismo e as institui es sociais, inconscientemente. A busca era ser livre a todo custo. Alguns vendiam o corpo, outros roubavam. Havia, é claro, os parasitas, os sanguessugas. Mas esses também eram absorvidos pelo grupo, pois tinham motivos parecidos com os nossos.”<sup>42</sup>*

Luiz passa a ser punquista (batedor de carteiras) no centro de São Paulo, faz amigos, transa pela primeira vez. Reconhece nas ruas e no crime um ambiente onde se sente aceito e reconhecido.

Mas esta liberdade dura pouco. Luiz é preso pela primeira vez,   espancado pela polícia que, como seu pai, acreditava na surra como

<sup>41</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 46.

<sup>42</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 52.

“processo pedagógico”. Depois de passar por uma situação bem difícil, é levado de volta para casa.

Logo em seguida consegue um novo emprego, mas sua liberdade-honesta não dura muito tempo:

*“Numa sexta em que vi o cofre abarrotado de dinheiro ao passar pela sala dela, quando todos saíram para almoçar, me escondi dentro de um armário. Vera, tão esperta, não havia trocado a combinação do cofre. Foi fácil abri-lo. Joguei numa pasta os maços de dinheiro, com a cinta do banco ainda, e fiquei esperando abrir o escritório. Quando o pessoal entrou, saí, sem que percebessem que havia ficado ali durante o almoço.*

*Para mim, estava certíssimo. Os chineses haviam me afastado da criatura que eu mais amava. Apenas cobrava deles, em dinheiro, a imensa infelicidade que me causaram. Era justo, fora por dinheiro, por não querer pagar um pouquinho mais para quem trabalhava havia tantos anos para eles, portanto, nada mais justo que tivessem aquele prejuízo. A única tristeza era minha mãe. Doía minha consciência, mas era mais forte que eu. Precisava viver minha liberdade.”<sup>43</sup>*

É necessário estar descrevendo sinteticamente toda a trajetória da vida de Luiz para que possamos compreender melhor suas divagações.

Assim, depois deste novo assalto, Luiz volta para as ruas e dá continuidade a sua “carreira criminosa” mas, como esperam todos os cidadãos honestos, a polícia consegue prendê-lo novamente e desta vez nosso “criminoso” é encaminhado para o Recolhimento Provisório de Menores (RPM), instituição que mais tarde se transformaria na FEBEM.

---

<sup>43</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 93.

Desta vez o processo não vai se resumir a uma surra seguida da soltura, de uma “nova chance” – se é que um processo como este pode representar alguma “chance” na vida de alguém. Luiz passa a conviver no ambiente de cárcere e fica sujeito a toda sua influência.

É interessante destacar a análise social que ele faz sobre este momento:

*“As pessoas simples do povo, como minha mãe, acreditavam nas instituições do Estado. Acreditavam na onisciência e onipotência do governo. (...)*

*Na época já se começava a sentir as garras do autoritarismo que caracterizaria a tomada do poder no golpe militar de 1964. Mas, para o povo, pouca coisa parecia haver mudado. O militar era acreditado, digno de crédito, era bom que o militar colocasse ordem na casa. Comunismo era palavrão. Comunista era alguém a ser combatido, visto pelo povo como uma espécie de monstro. Julgava-se que o militar não fosse corrupto, como era o político. Não se falava em golpe, e sim em revolução gloriosa. Para o povo, era algo bom. Nem se imaginava o que se fazia ou se maquinava por trás das portas fechadas.*

*Aquele ambiente limpo, cheio de doutores e gente bem-vestida, no hospital onde falava com o assistente social, a impressionava favoravelmente. Não conseguia acreditar, ou não queria, que naquela instituição seu filho era tratado como um cão selvagem. Com violência extrema, num ambiente totalmente pernicioso, onde não havia a menor preocupação de recuperá-lo socialmente.*

*Disse que fora chamada pelo assistente social, e que este lhe dissera que o psicólogo me classificara de perigoso. Como fosse possível descobrir isso em uma entrevista de menos de dez minutos. E eu fora tão sincero... Se houvesse mentido, com certeza seria aprovado, era só omitir a vida nas ruas, e pronto. Tudo o que ele queria era uma história para colocar em seu relatório. Daí para a frente odiei os psicólogos que pude.*

*Seria removido para o Instituto de Menores de Mogi-Mirim, logo que houvesse vagas. Já ouvira falar sobre o Instituto. Sabia que ali era o ninho de cobras do juizado de*

*menores. Eles só mandavam para lá menores considerados de máxima periculosidade. Convenhamos, eu não era isso, nem por sombra.*<sup>44</sup>

Luiz se sente, mais uma vez, injustiçado. Obrigado a viver em um ambiente pernicioso, adquire todas as características necessárias para que pudesse sobreviver:

*“(...) O pior de estar preso era ter que conviver com presos. A pessoa presa torna o mais difícil possível a convivência. Sempre os mais fortes querendo abusar dos mais fracos e os mais espertos querendo usar os mais acanhados e por aí afora. (...)”*<sup>45</sup>

Enfim, não lhe resta muita opção. Estava condenado a ficar encarcerado até os dezoito anos, condenado a sobreviver em um ambiente doentio, onde as regras impostas para o convívio se aproximam dos códigos de comunidades primitivas.

Com dezoito anos e livre, Luiz até tenta viver honestamente, mas sua índole já estava marcada pelas “vantagens” e riscos instigantes próprios da criminalidade:

*“Era só dar um pulo até a cidade, e já voltava para casa com dinheiro que não ganharia nem com um mês de trabalho. (...)”*<sup>46</sup>

É interessante destacar as apologias que Luiz faz sobre a liberdade. Ele é preso várias vezes, passa por torturas, ameaças e chantagens, mas é solto depois de alguns dias ou meses. Em todas

---

<sup>44</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 133.

<sup>45</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 167.

<sup>46</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 221.

estas ocasiões Luiz faz questão de expressar a inebriante alegria que acompanha sua soltura:

*“Que alegria respirar o ar da liberdade! A única coisa boa de ser preso é ser libertado. Que sensação maravilhosa quando se põe o pé na rua e se dá a primeira respirada! Inenarrável. (...)”<sup>47</sup>*

*“A noite era de lua cheia, o céu estava pontilhado de estrelas que brilhavam, brilhavam... Eu bebia aquilo a longos sorvos. Quase não dava para acreditar. Fui andando, pisando no alto, sentindo-me o ser mais feliz do mundo. Liberdade não era uma condição abstrata, mas algo concreto, substancial. Uma condição a ser desfrutada fisicamente, de sabor agridoce, como uma fruta sumarenta. A existência prisional era um deserto, sem árvores ou oásis. Liberdade significava ausência da ameaça constante de apenas uma faísca gerar uma explosão, como é a prisão.”<sup>48</sup>*

Outro destaque importante na narrativa de Luiz são os momentos de tortura, ameaça e eliminação de toda expectativa de uma vida mais digna, contrariando todos os princípios sobre os quais o encarceramento foi criado e defendido:

*“(...) Eram todos jovens como eu e já estavam enterrados vivos. Pensava comigo: ficaria apenas uns dias e já estava desesperado para sair, imagine eles, como se sentiriam sabendo que teriam de ficar anos?”<sup>49</sup>*

*“Fomos posicionados em um tablado de madeira. Mandaram-nos tirar as roupas, revistaram tudo minuciosamente, rosnando e xingando, procurando um motivo mínimo que fosse para nos espancar. “Abre as pernas!” “Abaixa!” Sempre a mesma ladainha para humilhar o preso, esse desgraçado social que veste um uniforme e aceita todas as pechas e ofensas. Pior é que, fora dali, aqueles homens são honrados chefes de família, vão à missa e se dizem cristãos. É como se tivessem dupla*

<sup>47</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 221.

<sup>48</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 344.

<sup>49</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 267-268.

*personalidade. Aliás, até hoje acho questionável o fato de se dar uma arma e autoridade a um homem, para que ele exerça essa autoridade sobre os outros. Pelo que conheço dos homens, isso fica mais questionável. É verdade que somente em tese, pois, na prática, a nossa civilização está tão viciada em ser comandada à força que, se de repente não existir tal coerção e ameaça, acabará tudo em caos e destruição.*<sup>50</sup>

*“A tortura era monstruosa. Cada um relatava novidades sobre isso. Um fora torturado com um pneu no pescoço, outro mostrava marcas de charuto apagados em seu corpo, dedos quebrados, unhas arrancadas, cortes, olho furado etc. Espremiam o sujeito de todas as maneiras. E o faziam porque sabiam que a vítima era um ladrão. Eles vão do criminoso ao crime e não do crime ao criminoso, como seria a lógica. A tortura era uma das poucas instituições da polícia brasileira que davam certo, pelo menos com aqueles infelizes presos pelo resto da vida.*<sup>51</sup>

Várias vezes preso, várias vezes solto. Passagens repletas de atos bárbaros, desrespeito, ódio, injustiça.

Como ele próprio narra em seu livro, em nenhum momento houve qualquer tentativa “oficial” de recuperação, de aconselhamento, de conscientização, de ajuda, de compreensão.

Várias vezes preso, várias vezes solto. E a cada contato com a polícia sua revolta aumenta, seu caráter criminoso se fortalece, sua crueldade e insensibilidade criam uma armadura que o protege e o distancia da sociedade.

Chega então seu momento maior – um assassinato:

*“Mas, como sempre, havia uma falha. E ela era oriunda da nossa autoconfiança: não contávamos com a loucura – ou coragem extrema – do guarda. Enquadrado por quatro*

<sup>50</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 271-272.

<sup>51</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 274-275.



*armas, o guarda meteu a mão em seu revólver. Quando percebi, já estava atirando no homem, e ele já arrancando a arma do coldre. Disparei com o máximo de velocidade que os revólveres permitiam, o Bala também disparou em cima do homem. Mas o guarda era de fato corajoso, porque ainda conseguiu sacar e efetuar um disparo em minha direção – escutei a bala zunindo próxima à minha cabeça, a distância era de cinco passos. Descarreguei as armas em cima do infeliz. Quando ele caiu e parou de se mexer, fui até ele, olhei, estava com os olhos virados, achei que estava morto. Apanhei instintivamente sua arma do chão e entrei no carro, ainda em choque.*

*(...) Estava em choque profundo. Matara um homem. Fora tão fácil... Aquilo me deixava perplexo. Sempre pensara que seria difícil matar e em questão de segundos, apenas apertando o gatilho, havia tirado uma vida humana. Não conseguia pensar acerca, parecia que não havia sido eu. (...)<sup>52</sup>*

Nosso criminoso chega então ao seu ponto máximo. Graduado no crime com louvor! Remorso? – Não! No máximo alguma perplexidade... e indiferença.

*“O que iríamos fazer, perguntavam. Afirmei que deveríamos curtir a vida, pois ela nos era breve. Viver grande, com toda a força de nossa juventude. Sorrímos todos. Queríamos era isso mesmo. Fui, de táxi, buscar ampolas de Pervitin. Ficamos o dia todo tomando picadas, bebendo e perturbando o pessoal do hotel.*

*Para nós, a vida só tinha sentido se estivéssemos vivendo o que julgávamos que havia de melhor para ser vivido. Não achávamos que ninguém tinha mais direito que nós de ser feliz. A felicidade para nós eram armas, carros velozes, mulheres fáceis, droga, bebidas e curtição. Significava liberdade para fazermos o que aprendêramos no juizado e nas ruas, como o mais significativo para uma vida.<sup>53</sup>*

Mas então, por mais deficiente que sejam nossas polícias, elas atuam, de qualquer forma. Poucos dias depois do assassinato Luiz e

<sup>52</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 360-361.

<sup>53</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 371.

seus companheiros são presos. Esta será a detenção definitiva para nosso criminoso:

*“Era terrível, mas eu estava contente com isso, por mais incrível que possa parecer. Queria era sair daquele inferno. Cadeia não me fazia medo. Agora eu já pensava em não sair mais. Ficaria preso pelo resto de minha vida. Faria da prisão meu mundo. Que ninguém se atrevesse a atravessar meu caminho que eu trucidaria. Nada mais importava. E eu só tinha dezenove anos.”<sup>54</sup>*

A história de Luiz poderia acabar aqui, mas existe ainda muito mais! Luiz utiliza páginas e mais páginas de seu livro para descrever as torturas e humilhações pelas quais passou. É a vingança social institucionalizada.

Ao passar por todas estas descrições, somadas às descrições de tortura de outros autores-detentos – todos possuem alguma história de tortura e humilhação – podemos questionar se o suplício realmente deixou de existir, ou se apenas houve um aprimoramento em sua forma. As “mil mortes” permanecem, a cada novo dia dentro da prisão, uma nova morte.

*“No final de 1972, alguns presos, condenados a uma infinidade de anos de cadeia, começaram a desesperar-se. Estava incluído nesse meio, minhas penas somavam mais de setenta anos. Estavam ainda sumariando inquéritos que, na certa, resultariam em mais condenações.*

*O desespero de não ter perspectivas de liberdade criava um espaço vazio, um buraco negro na mente da gente. Nesse espaço ecoava um grito de pavor que ficava sem resposta.”<sup>55</sup>*

---

<sup>54</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 395.

<sup>55</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 411.

Talvez a sociedade ainda não tenha se atentado para o fato de que o criminoso também pensa. O encarceramento não retira do ser humano sua capacidade de raciocínio. Jeremy Bentham já nos alertava sobre este perigo.

É assim que mantemos verdadeiros viveiros de monstros.

Mas nosso criminoso é um ser humano ímpar. Ele passa por momentos que, para a maioria de nós seria insuportável, mas ele resiste. Ele resiste e analisa:

*“A corrupção nos meios jurídicos era profunda. Estávamos convictos de que só estávamos presos porque não tínhamos capital. E não tínhamos capital porque não roubávamos pelo dinheiro somente. O dinheiro era apenas o veículo de nossa liberdade. Liberdade para vivermos o que estava incutido em nós, desde que nascêramos, como condição para sermos livres. Queríamos as emoções fortes que nossa juventude nos exigia. E a maioria de nós provinha de institutos de menores de idade, e carregava os valores ali adquiridos.”<sup>56</sup>*

Existe o ditado popular: “Antes tarde do que nunca” – assim também foi com Luiz Alberto Mendes. No pior momento de sua vida, ainda jovem, surge para nosso criminoso uma possibilidade de vida:

*“O novo amigo falava em livros, contava-me romances que lera, falava em poesia, filosofia, um monte de coisas novas para mim. Foi a primeira pessoa no mundo, fora minha mãe, em quem depusitei minha confiança total e irrestrita.*

*As histórias dos livros que contava, eram extremamente fascinantes e belas. Ensinou-me a valorizar livros, a querer conhece-los todos. Agora ansiava sair do castigo para começar a ler aquelas histórias de que ele falava. Era poeta, e eu também quis ser poeta. Prometeu ensinar-me.*

---

<sup>56</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 412.

*Passamos quase três meses no mesmo encanamento de privada, conversávamos todo o tempo que nos era possível. Havia tanto assunto... conversei mais nesses três meses do que em quase toda a minha vida. Seus conceitos de nobreza de propósitos, sua visão moral diversa daquela que aprendera no meio criminal, me falavam ao coração.*<sup>57</sup>

Dentro da prisão Luiz Alberto Mendes volta a estudar. Não é a prisão que oferece a Luiz uma alternativa – é outro detento que o faz.

Não quero com esta narrativa lançar uma bandeira da leitura e estudo como “salvação” para o criminoso – apenas registrei aqui “um” caso onde a leitura oferece uma vida melhor, mesmo para uma pessoa condenada a permanecer sua vida toda dentro de uma prisão.

A História de Luiz Alberto Mendes retrata inúmeras deficiências existentes dentro de nossa sociedade no final do século XX, e que se perpetuará se não nos conscientizarmos das distorções que insistimos em manter, mesmo para garantir apenas uma sensação ilusória de segurança.

Qual a resposta para nossa divagação? Não existe *uma* resposta, mas existem respostas.

---

<sup>57</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 438.

## CONSENSO – COM SENSO

---

Muito se tem dito e escrito sobre a violência e a injustiça que o ser humano é capaz de produzir. Mas o que me assusta nesta virada de século: XX – XXI, é a perpetuação de comportamentos e procedimentos institucionais que não contribuem em nada para qualquer mudança positiva, isto é, para melhor, em direção a um convívio social com mais harmonia, com menos miséria e injustiças.

Alba Zaluar, inicia seu livro “Da Revolta ao Crime S.A.” contextualizando a violência através da antropologia:

*“(...) A violência não surge na história. Sempre esteve dentro dos homens. Em todas as sociedades, em todas as épocas, em todos os recantos do mundo, existem manifestações da agressividade potencial dos homens contra seus semelhantes.”<sup>58</sup>*

Os estudos antropológicos contribuem bastante para nossa compreensão do comportamento humano. Somos racionais a muito pouco tempo. Ainda hoje encontramos tribos e comunidades onde a convivência social é regida por princípios que a sociedade ocidental racionalista, sob a tutela de alguns países da Europa e os Estados Unidos da América, consideram bárbaras ou inadequadas.

A barbaridade e a inadequação não estariam se contrapondo apenas a um estado capitalista, onde são necessárias regras de

---

<sup>58</sup> ZALUAR, Alba. *Da revolta ao crime S. A.* São Paulo: Moderna, 2002. p9.

controle e de diferenciação que garantam a existência de um “mercado”?

Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo, nos apresenta a idéia de que antes do contrato social, os homens viviam, conforme já observara o romano Plauto, em contínua e mortífera luta entre si (*homo homini lupus*), fazendo, portanto, preceder o “estado político”, isto é, a vida em sociedade, por um “estado natural”, que considerava cada homem em luta contínua com os semelhantes. Hobbes concebeu o contrato social como a evolução da sociedade do estado da natureza, do *homo homini lupus* (o homem é um lobo para o homem) para o estado político, do *homo homini deus* (o homem é deus para o homem).

Podemos considerar esta proposição de Hobbes uma evolução? Talvez sim. Naturalmente, não. A natureza humana contradiz esta proposição ideal.

Vejamos outras citações de Alba Zaluar, apoiando seu discurso na antropologia:

*“Outros antropólogos afirmam que as sociedades tribais eram e ainda hoje são constituídas de grupos locais para os quais o controle do território é de importância fundamental na construção da identidade cultural e na vida social da tribo. Esta seria regida pelos princípios da autarcia e da autonomia. Autarcia quer dizer auto-suficiência econômica que procura não depender das outras tribos para conseguir os bens necessários à sobrevivência. Autonomia é o princípio que nos mantém politicamente independentes dos outros, portanto, livres da dominação (Sahlins, 1970; Clastres, 1982). (...)”*<sup>59</sup>

<sup>59</sup> ZALUAR, Alba. *Op. cit.* p 11-12.

*“Diz-se que os homens são os únicos animais que matam seus semelhantes por prazer ou orgulho. Mas também são os únicos animais que se autodomesticam e inventam meios de criar a paz entre eles. (Lévi-Strauss, 1949). (...)”<sup>60</sup>*

*“(...) A justiça, em muitas sociedades pré-letradas, pré-industriais e pré-estatais, está baseada na retribuição ou na reparação do dano. (...) Pó isso mesmo, as instituições jurídicas primitivas baseiam-se na negociação, nos acordos e nos compromissos feitos oralmente entre as partes litigantes, em obediência a preceitos e valores da vida cotidiana de todos. A ordem social e a ordem legal são uma coisa só.”<sup>61</sup>*

Alba Zaluar faz referência a estas características nos grupos criminosos organizados e favelas do Rio de Janeiro e Luiz Alberto Mendes, assim como outros autores-detentos, indicam a presença do “controle de território”, a “autodomesticação” e os “compromissos feitos oralmente” dentro das prisões<sup>62</sup>:

*“Ali havia, já de modo dominante, o famoso proceder. Conjunto de normas que eram mais fortes que as leis oficiais do Instituto e que nos governavam, implacavelmente. Um sujeito sem proceder era cagüete, veadinho, desprezado, sem direito a tomar atitude de homem com quem mexesse com ele. E uma das regras do proceder era que cada um arcasse com as conseqüências de seus atos. Seria extrema falta de proceder, e portanto colocar-se à execração pública, deixar que outros apanhassem por culpa nossa.*

*O agredido devia se cuidar, seus aliados deviam chegar junto. Então, quando já estivesse são, deveria tomar atitude, para não ser desprestigiado. Da mesma forma, já esperando, superatento, a reação idêntica do inimigo. Houve guerras que duraram anos ali. Tudo era resolvido de*

<sup>60</sup> ZALUAR, Alba. Op. cit. p 14.

<sup>61</sup> ZALUAR, Alba. Op. cit. p 15.

<sup>62</sup> Refiro-me aqui a crime organizado no sentido de grupos que possuem uma estrutura mínima de organização para a execução do crime (basicamente o tráfico de drogas), e não o crime organizado com influência dentro do Estado (embora sua existência no Brasil seja negada, muitas evidências e atitudes de políticos comprovam que ele existe, também no Brasil).

*maneira que a polícia não soubesse de nada. Mesmo que o ferimento fosse sério e até houvesse risco de vida, a vítima devia morrer mas jamais se apresentar para a polícia. (p160) Essa era a norma, e o descumprimento redundaria em desprestígio, ostracismo.<sup>63</sup>*

Luiz chega até a comparar a “sociedade presidiária” com a estrutura feudal:

*“(...) Na Detenção havia uma estratificação social, um sistema mais ou menos parecido com o feudal. Com condes, barões, duques, mas sem reis. Os plebeus eram massa amorfa, uma maioria sem peso em termos de decisão. Cada xadrez tinha seu conde ou barão, e esses nobres detinham as rédeas do esquema mais ou menos mercantilista da economia dominante. A maconha era o peso ouro, o cigarro a moeda dos plebeus, e o dinheiro, a moeda dos notáveis, embora proibido pela administração.”<sup>64</sup>*

Talvez possamos realizar dentro de uma prisão uma verdadeira pesquisa “arqueológica” da sociedade...

Nós encontramos no pronunciamento do Sr. Deputado Coronel Ubiratan, na 13ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 02/04/2003 a seguinte afirmação: “Bandido só respeita uma coisa: força maior do que a dele.” (veja o pronunciamento completo no anexo deste trabalho)

O Sr. Deputado Coronel Ubiratan foi o comandante que ordenou o conhecido Massacre do Carandiru, onde foi registrada a morte de 111 detentos.

É com este tipo de mentalidade e proceder que ambicionamos alcançar as estrelas. Ou será que são a miséria e a injustiça social que

<sup>63</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 159-160.

<sup>64</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 404.



garantem a realização de tantas proezas tecnológicas que o homem tanto se orgulha de realizar?

Vou encerrar então este capítulo com Michel Foucault. A última página de seu livro “Vigiar e Punir” apresenta uma síntese notável para esta História do Cárcere:

*“(...) Estamos agora muito longe do país dos suplícios, das rodas, dos patíbulos, das forcas, dos pelourinhos; estamos muito longe também daquele sonho que, cinqüenta anos antes, alimentavam os reformadores: a cidade das punições, onde mil pequenos teatros levariam à cena constantemente a representação multicolor da justiça e onde os castigos cuidadosamente encenados sobre cada falso decorativo constituiriam a quermesse permanente do Código. A cidade carcerária, com sua “geopolítica” imaginária, obedece a princípios totalmente diferentes. (...) muros, espaço, instituição, regras, discursos; que o modelo da cidade carcerária não é então o corpo do rei, com os poderes que dele emanam, nem tampouco a reunião contratual das vontades de onde nasceria um corpo ao mesmo tempo individual e coletivo, mas uma repartição estratégica de elementos de diferentes naturezas e níveis. Que a prisão não é a filha das leis nem dos códigos, nem do aparelho judiciário; que não está subordinada ao tribunal como instrumento dócil e inadequado das sentenças que aquele exara e dos efeitos que queria obter; que é o tribunal que, em relação a ela, é externo e subordinado. Que, na posição central que ocupa, ela não está sozinha, mas ligada a toda uma série de outros dispositivos “carcerários”, aparentemente bem diversos – pois se destinam a aliviar, a curar, a socorrer – mas que tendem todos como ela a exercer um poder de normalização. Que aquilo sobre o qual se aplicam esses dispositivos não são as transgressões em relação a uma lei “central”, mas em torno do aparelho de produção – o “comércio” e a “indústria” –, toda uma multiplicidade de ilegalidades, com sua diversidade de natureza e de origem, seu papel específico no lucro, e o destino diferente que lhes é dado pelos mecanismos punitivos. E que finalmente o que preside a todos esses mecanismos não é o funcionamento unitário de um aparelho*

*ou de uma instituição, mas a necessidade de um combate e as regras de uma estratégia. Que, conseqüentemente, as noções de instituição de repressão, de eliminação, de exclusão, de marginalização, não são adequadas para descrever, no próprio centro da cidade carcerária, a formação das atenuações insidiosas, das maldades pouco confessáveis, das pequenas espertezas, dos procedimentos calculados, das técnicas, das “ciências” enfim que permitem a fabricação do indivíduo disciplinar. Nessa humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de “encarceramento”, objetos para discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo da batalha. [Nota ao fim do texto: Interrompo aqui este livro que deve servir como pano de fundo histórico para diversos estudos sobre o poder de normalização e sobre a formação do saber na sociedade moderna.]”<sup>65</sup>*

...

Enfim, vivemos um grande dilema.

E este dilema não é vivido apenas por intelectuais ou profissionais que trabalham com o tema em questão. A sociedade está mais próxima deste assunto do que se pode imaginar.

Em junho de 2003, o NEASPOC realizou mais uma pesquisa de Assessoria Popular na cidade de Mariana-MG. Trabalhando junto a este Núcleo de Pesquisa, foi possível inserir no questionário da pesquisa quatro perguntas sobre o Sistema Penitenciário e sobre crime.

O resultado que mais chama a atenção é a proporção da população que “conhece” alguém que já foi preso:

---

<sup>65</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 23ª edição, 2000. 254pp.

### Conhece alguém que já foi preso?

	Casos	Porcentagem
Sim	265	70,1
Não	112	29,6
NR	1	0,3
Total	378	100,0

Fonte: NEASPOC, Pesquisa de Assessoria Popular, realizada em Mariana, em junho de 2003.

70% da população da amostra conhece alguém que já foi preso, uma porcentagem acima de qualquer expectativa.

Para complementar esta informação, foi perguntado também o grau de aproximação do entrevistado com o (ex)detento:

### A pessoa que conhece é ...

	Casos	Porcentagem	Porcentagem de itens válidos	Porcentagem acumulada
Parente próximo (pai, mãe, irmãos, filho)	33	8,7	12,6	12,6
Parentes distantes (tios, primos, cunhado)	32	8,5	12,2	24,8
Amigo	47	12,4	17,9	42,7
Conhecido	122	32,3	46,6	89,3
Vizinho	25	6,6	9,5	98,9
O próprio entrevistado	3	0,8	1,1	100,0
Total	262	69,3	100,0	

Fonte: NEASPOC, Pesquisa de Assessoria Popular, realizada em Mariana, em junho de 2003.

Para nossa surpresa, entrevistamos 3 ex-detentos.

Estes dados mostram que o crime está mais próximo da população do que se esperava. A população realmente convive com o crime/criminoso. O detento não é apenas um dado estatístico, ele é alguém conhecido, alguém próximo.

Eu realizei alguns cruzamentos destes dados com a renda familiar e o nível de escolaridade. Os cruzamentos mostraram que esta proximidade ocorre em todos os níveis. Existem variações, mas não são significativas. Ricos e pobres conhecem algum criminoso. Pessoas com baixo e alto grau de escolaridade conhecem algum criminoso.

Mariana é uma cidade pequena, interior de Minas. Possui uma cadeia junto à Delegacia de Polícia onde alguns criminosos são mantidos.

Os dados aqui apresentados não podem ser generalizados, mas podem ser comparados com pesquisas semelhantes feitas em outros Municípios.

Fizemos também a pergunta que mais interessava para este trabalho, qual a influência do encarceramento no comportamento do detento, e a resposta foi a que já se esperava: a população não acredita na prisão como uma forma de educar ou melhorar o comportamento de um criminoso.

### Influência da cadeia no comportamento do detento

	Casos	Porcentagem
Piora	219	57,9
Não interfere	70	18,5
Melhora	62	16,4
NS	22	5,8
NR	5	1,3
Total	378	100,0

Fonte: NEASPOC, Pesquisa de Assessoria Popular, realizada em Mariana, em junho de 2003.

Também foi feita a pergunta sobre o que leva uma pessoa a cometer um crime:

### O que leva uma pessoa a cometer um crime

	Casos	Porcentagem
Desemprego	126	33,3
Fatores individuais (desespero, nervosismo, revolta)	61	16,1
Drogas	47	12,4
Muitos	36	9,5
Desigualdade social	22	5,8
NS	20	5,3
Falta de dinheiro	16	4,2
Educação	14	3,7
Falta de fé (Falta de Deus)	12	3,2
Outros	6	1,6
Família	5	1,3
Violência	4	1,1
Opção	3	0,8
Impunidade / falta justiça	3	0,8
NR	3	0,8
Total	378	100,0

Fonte: NEASPOC, Pesquisa de Assessoria Popular, realizada em Mariana, em junho de 2003.

Temos então, como maior promotor de crime, segundo esta pesquisa, o desemprego. Bem abaixo vêm os motivos individuais. As drogas aparecem apenas em terceiro lugar. A opção pelo crime e a impunidade são fatores que quase não aparecem, foram apenas três entrevistados em cada caso, menos de 1% da população entrevistada.

## CONCLUSÃO

---

Esta narrativa não traz nada de novo. Os distorções do Sistema Penitenciário Brasileiro, assim como a violência e insegurança crescentes em todo o país, não são novidade para ninguém.

Mas é importante termos em mente que esta situação tem que mudar, e mudar para melhor – menores índices de injustiça social, menores índices de violência, melhores condições de vida para todos. E mesmo este discurso é repetido a séculos...

No decorrer da História, fica apenas maior o abismo que separa nossa capacidade tecnológica de nossa capacidade “humana” de realizações. A cada dia que passa o ser humano descobre, inventa, rompe fronteiras físicas e subjetivas – mas continuamos incapazes de construir um mundo onde todos os seres humanos consigam conviver em harmonia, desfrutando as maravilhas que a natureza nos oferece gratuitamente, desfrutando as maravilhas que o ser humano é capaz de criar.

Dráuzio Varela nos apresenta um quadro muito comum e importante em um dos casos narrados por ele em seu livro “Estação Carandiru”:

*“Uma senhora do Paraná, de coque no cabelo e pernas grossas de varizes, viajava seiscentos quilômetros de ônibus a cada quinze dias, religiosamente, para visitar o filho condenado à 120 anos. Quatro anos antes, o rapaz, a convite de um amigo traficante, tinha invadido uma casa*

*cujos moradores ele sequer conhecia e chacinou seis pessoas, acusadas de terem pedido providências à polícia para acabar com a boca de crack da propriedade desse amigo, situada na frente da casa delas. Num domingo, a senhora de coque implorou a um guarda do presídio que cuidasse do menino dela:*

*– Eu sei que meu filho fez coisa errada por causa das companhias, mas quando olho para ele, não acredito que ele tirou a vida daquela gente como dizem, vejo ele pequeninho no colo, rindo no fundo dos meus olhos.<sup>66</sup>*

Índole. Caráter. Ambiente. Educação. – Apenas palavras?

Será que estamos condenados a conviver eternamente com o desígnio de que “o homem é o lobo do homem”?

Acredito que não, e a história de Luiz Alberto Mendes é apenas um exemplo.

Existem alternativas – existe um plural nesta afirmação – não existe uma única alternativa, existem várias.

Luiz Alberto Mendes não se resignou pela força de um Coronel Ubiratan e nem pela tortura imposta pelo Sistema Penitenciário. A violência pela qual este personagem passou apenas fortaleceu sua revolta e seu ódio. Sua vitória está na publicação do livro que contém a sua história – uma História ímpar, singular – mas esta é a maior de todas as Histórias: a História de um ser Humano!

*“Nos últimos quatro meses, revivi este livro todinho, página por página, palavra por palavra. Foi uma viagem muito difícil. Houve momentos em que pareceu que tudo estava acontecendo de novo. Particularmente, nos instantes de maior sofrimento. Doeu, doeu fundo, mas eu precisava mergulhar naquilo de novo.*

<sup>66</sup> VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p 51.



*Aprendi algumas coisas sobre mim. Principalmente percebi que me tornei mais humano. Os sofrimentos podem causar diversas reações e conseqüências. Reagimos diferentemente, cada um à sua maneira. Mesmo dentro de nós mesmos; reagimos hoje de (p475) um modo, e, amanhã, diante do mesmo sofrimento, será de outro modo que nos manifestaremos.”<sup>67</sup>*

*“Há uma tristeza, e profunda. Constatado que o Brasil evoluiu muito da minha infância e adolescência até agora, mas, em termos sociais, parece que as coisas continuam as mesmas.*

*Meu livro conta uma história de trinta anos atrás, mas que pode ser atualíssima. Nós, a molecada abandonada ou foragida, nos reuníamos na praça da República em bandos. A sobrevivência era uma luta árdua. Pois hoje a molecada se reúne na praça da Sé, e a luta pela sobrevivência talvez seja pior ainda. A diferença é que nós tínhamos doze, treze anos, no mínimo. Hoje essas crianças da Sé têm oito, nove anos de idade e, enquanto éramos centenas, hoje somam milhares. Os anos, as décadas, se passaram, e quase nada mudou, as coisas até pioraram, como no caso da FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor) de São Paulo.*

*No final deste livro, o que mais posso dizer? Que não vou parar de escrever; acho que deve ter ficado claro que não vou mesmo, por mais que em nada resulte.*

*Principalmente preciso dizer que ainda estou na luta, que ainda quero ser feliz, e mesmo que não seja, jamais me conformarei com menos. Vou morrer tentando. Claro que agora mais maduro, mais sofrido e mais experiente, não que isso signifique muita coisa (como diz Renato Russo, somos crianças como as crianças o são), mas não vou mais seguir caminhos que já se provaram – exaustivamente – de dor. Mas também não vou dar mole, quero mais que simplesmente estar vivo.*

*Muito lhes agradeço a atenção dispensada.”<sup>68</sup>*

<sup>67</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 474-475.

<sup>68</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Op. cit.* p 477-478.

## ANEXO

---

### **Pronunciamento do Sr. Deputado Coronel Ubiratan na 13ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 02/04/2003**

O Sr. Cel Ubiratan – PTB – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e meu querido amigo Deputado Bittencourt, que me cedeu parte do seu tempo para que pudesse vir a esta tribuna.

Assumo hoje a tribuna indignado, indignado em razão do filme “Carandiru”, de Hector Babenco, que será lançado na semana que vem. Indignado porque esse diretor, se no mínimo não foi o responsável, foi covarde, porque quem quer fazer um trabalho sério de um fato real, de um fato acontecido e conhecido, no mínimo, tem de ouvir as duas partes.

Esse senhor fez o filme e eu assisti a algumas cenas que só ouviu o lado dos detentos e dos presos, sem ouvir sequer qualquer policial. Eu, que fui o comandante da operação, já fui julgado e condenado e estou aguardando um recurso, não fui ouvido.

Deputados, nunca me escondi. Sempre prestei contas, sempre assumi a responsabilidade daquilo que fiz. Agora, mostrar cenas mentirosas, cenas de violência inacreditáveis, de policiais militares saqueando e matando indiscriminadamente, no mínimo, é covardia. Por que? Alerto aos srs. Deputados, a esta Casa e ao público, que

faltam 84 homens da Polícia Militar para serem julgados. Eu já fui julgado.

Indago quem de nós não se lembra de cenas de filmes vistos na nossa infância e na nossa juventude ou pela beleza, ou pela violência, ou pela sensualidade? Elas nos marcam e ficam em nossa mente.

Esse senhor fez esse filme, que será assistido por milhões de pessoas. Pergunto: se um dos jurados vir essas cenas e amanhã vier a julgar um daqueles homens que estavam comigo, ele já virá pré-concebido por ver a ação da Polícia Militar como violenta. Então, é uma injustiça, é uma irresponsabilidade, e mais do que isso, é uma covardia. Agimos no cumprimento do dever e cumprimos com a missão.

A minha indignação é pela situação desses homens que serão julgados e estão expostos às cenas que o sr. Hector Babenco mostra.

Chegamos a um ponto tal de violência com mortes de juizes corregedores; com violência no Rio de Janeiro comandadas pelo Comando Vermelho e PCC e Fernandinho Beira-Mar se impondo, deixando o Ministro da Justiça numa situação difícil, tendo de voltar atrás das coisas que falou.

Isso é o que resultado do que? Daquela proteção indevida que se deu a bandidos ao longo desse tempo. Senadores foram dormir no Carandiru porque poderia haver uma rebelião, mas eles foram dormir

de pijama e de Rolex - Rolex também está na moda; hoje, no Governo federal, se dá de presente - mas foi dormir para garantir a integridade de presos. Foi esse mesmo Senador dormir na favela Heliópolis porque iria haver uma batida policial. Bandido cresce. Bandido só respeita uma coisa: força maior do que a dele. Aí começaram a crescer.

No dia do meu julgamento, no dia em que fui condenado a 632 anos de reclusão, o que aconteceu? As cadeias de detenção fizeram festa, churrascada e cachaçada. Aqueles que defenderam esses bandidos também foram à televisão e às tribunas e disseram: “Foi feita justiça.” Quem ganhou com isso? Ganhou o marginal. Por que? Porque ali se afrouxaram as regras da disciplina nos presídios, ali se afrouxaram todas as regras de enfrentamento ao crime. Chegamos ao que estamos hoje. Os mesmos homens, que bateram palmas, que criticaram as ações policiais – inclusive a do ano passado, na Castelinho, quando um Deputado tentou dizer que aquilo foi um massacre, foi isso, foi aquilo – hoje, esses mesmos homens dizem: “Não, temos que endurecer, temos que jogar duro contra o crime.” Mas são eles próprios que deixaram que isso acontecesse.

E nesse afã de resolver as coisas, o Juiz não assina mais a sentença. Se o Juiz não assina a sentença, ou o direito, ou se nega o direito do preso, eu pergunto: o Delegado vai assinar o auto de prisão

em flagrante? O Policial vai sair às ruas com o seu nome, com a sua cara, mostrando-se para ser assassinado? Temos que combater de verdade.

Vêm aqueles e dizem: “Vamos montar uma força-tarefa.” Vou fazer agora uma hora da saudade. Está aqui o nobre Deputado Conte Lopes. Em 1982, aproximadamente, começou um bandido a crescer, de nome Binha, alguma coisa assim, na Zona Norte. Assaltante de banco, traficante, começou a dominar toda a região. Não criamos força-tarefa. Um dia cheguei em casa, já me preparava para dormir, onze e meia da noite, e o então Capitão Conte Lopes me ligou. Eu estava no comando da Rota. Ele me disse: “Vai haver uma reunião do Binha e sua quadrilha em tal lugar, às três horas da manhã.” Perguntei ao Conte: “Quem está no quartel?” Ao que ele responde: “Fulanos de sempre.” A nossa força-tarefa era a de sempre: Mascarenhas, Mendonça e outras pessoas em quem confiamos a vida toda. Perguntei-lhe: “Vai reunir a quadrilha? Quantos são?” Ele respondeu-me: “Mais ou menos oito a dez.” Lá fomos nós. Nós éramos a força-tarefa. E enfrentamos. Aqueles que se renderam, se renderam e pagaram sua pena. Quem nos enfrentou, morreu. Essa é a lei. É a lei do enfrentamento na rua. Não adianta fazer discurso. Bandido não respeita discurso, bandido não respeita programa: vamos desarmar

São Paulo, vamos fazer isso, campanha pela Paz, campanha daquilo. Bandido, como disse, só respeita força maior do que a dele.

Agradeço V. Exa. De longa data, acompanhamos o seu trabalho. Trabalhamos juntos, enfrentamos nas ruas o crime. Não fizemos discurso, não cometemos excesso, não fizemos violência, mas enfrentamos de frente, nas ruas. O crime se resolve nas ruas. O Delegado de Polícia, o Comandante da Companhia, o Comandante do Batalhão sabem como enfrentar essas coisas.

Quando nos preparamos para combater, fazendo operações sérias, como a do ano passado, na Castelinho, em que foram mortos doze marginais da mais alta periculosidade, doze integrantes do PCC, que armados iam praticar crimes no Interior do Estado. Vieram os defensores dizendo: “Não, foi uma emboscada.” Pergunto-lhes: “Como V. Exas. querem que combata o crime? Com discurso do politicamente correto? Com discurso de bonzinho?” Bandido respeita o quê? Quantas e quantas vezes, nós – e digo nós porque sempre agi nas ruas e tive a honra de trabalhar com o Deputado Conte Lopes – quantas vezes, na madrugada, no Parque Arariba, na Mooca, recebemos a informação de uma quadrilha de oito homens. Lá fomos nós.

Essa é a minha indignação, principalmente em razão desse filme. Fizemos esforços para que ele não fosse exibido. Principalmente

pelo fato de não termos sido ouvidos. Livros foram escritos. Faço uma ressalva ao livro do Dr. Dráuzio Varella, em que ele conta os casos do Carandiru, conta as situações que aconteciam no dia-a-dia, que são tenebrosas. Quando se concedeu a visita íntima no estabelecimento prisional, no estabelecimento do Estado, a partir daquele momento, em 1983, a coisa degingolou. Presos colocavam barraquinhas de camping para ter visita íntima. Só que ali, naquele presídio, com a complacência das autoridades, fazia-se de tudo: vendia-se uísque, cocaína, maconha, mulher, travesti, fazia-se de tudo. Dentro de um estabelecimento do Estado. E os defensores sempre falavam: “Eles têm o direito, eles precisam.” Não precisam. Quem precisa de segurança, quem precisa de apoio do Governo é o trabalhador, é o homem honesto, é o homem sério. Temos que investir é na criança, na educação, cuidar do idoso.

O “Seu” Fernandinho Beira-Mar teve um sério distúrbio estomacal e ele tem que passar tomando suco ou sopa. Deu-se ênfase à notícia de um marginal, que cometeu atrocidades, barbaridades. Mas não se dá uma linha à criança que está disputando comida com o urubu na lixão do Pirajussara. Os bandidos são endeusados, colocados como popstar, como vedetes. E a mídia, todos cuidando disso. Será que não temos coisas mais sérias para cuidar? Será que não temos que defender quem precisa: o trabalhador, o

honesto, que levanta às cinco horas da manhã, toma duas conduções, come uma marmita – às vezes de arroz com ovo - mas está trabalhando, produzindo? Aqui, com os senhores Fernandinho, Marcola, Geleirão ficam preocupados o Estado, a Nação, o Presidente. Está na hora de mudarmos. Mudar a segurança pública, mudar a lei, mudar alguma coisa.

Conjugávamos esforços para enfrentar o crime: juntos Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal. Só com essa conjugação de esforços. Não adianta dizer: “Vamos unificar porque unificar é bom.”

Cada um tem a sua competência no artigo da Constituição. A Polícia Militar tem o seu encargo, a Polícia Civil tem outro, assim como a Polícia Federal também tem outro. Desta forma, temos que conjugar esforços e não dividir e ficarmos fazendo discurso.

O crime contagia. Isso, no meu entender, é importante. O que aconteceu no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, contagia e dá motivação e exemplos para que aconteçam também nos outros estados.

Peço desculpas aos Srs. Deputados, por às vezes me inflamar, mas é que sinto na carne. Sou o maior condenado deste país. Nunca na história do Brasil teve um condenado como eu. O meu grande crime não foi o do Fernandinho Beira-Mar, nem o do Geleirão e nem o do Marcola, meu grande crime foi defender uma situação, assumir,



expor-me, não me esconder. Se V. Exas. quiserem, meu telefone está na lista. Aliás, nunca tirei meu telefone da lista. Pois se me omitir, se me esconder e não assinar aquilo que fiz, não sirvo para ser policial.

Muito obrigado.

## BIBLIOGRAFIA

---

BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 2ª edição revista, 2ª tiragem. 150 pp. Original em 1764.

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 180pp.

BORROUGHS, William. *Junky*. Tradução de Reinaldo Moraes. São Paulo: Brasiliense, 1984. 164 pp.

BRUNO, Emilio. *Letras da Liberdade - Escritos pelos detentos do Carandiru*. Madras, 2000. 192 pp.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Tradução de Ronaldo Lima Lins e Irène M. Cubric. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CULT. *Revista Brasileira de Cultura*. Ano VI. Número 59. São Paulo: Editora 17, julho de 2002. Matérias: Pena de Sangue de Luiz Antônio Giron, pp 34-37. Entrevista com Luiz Alberto Mendes, pp38-39. O rol dos excluídos, pp41.

CULT. *Revista Brasileira de Cultura*. Ano VI. Número 66. São Paulo: Editora 17, fevereiro de 2003. Matéria: O destino libertário de Jean Genet de Carlos Eduardo Ortolan Miranda, p 57.

CULT. *Revista Brasileira de Cultura*. Ano VI. Número 68. São Paulo: Editora 17, abril de 2003. Matéria: Um olhar austero de Alexandre Agabiti Fernandez, p 18.

DE MASI, Domenico. *O Ócio Criativo*. Entrevista a Maria Serena Palieri. Tradução de Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 352pp.

DEJOURS, Christophe. *A Banalização da Injustiça Social*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 160 pp.

DU RAP, André. *Sobrevivente André Du Rap do massacre do Carandiru*. São Paulo: Labortexto, 2002. 232 pp.

FOLHA DE SÃO PAULO. Páginas C1, C2 e C3. São Paulo, domingo, 19 de agosto de 2001. C1 – A cada dia, 1 ex-interno

vai para a prisão. Roubar batata frita levou M.S. a Febem. Retorno à sala de aula é tarefa difícil. C2 – Falta perfil psicológico de menor, diz estudo. C3 – Violência diminui, admite Promotoria. Acolhimento inicial é pior problema. Liberdade assistida é a “fase do perigo”. Em Sapopemba, 83% não voltam a cometer crime.

FOUCAULT, Michel. *Sobre a prisão*. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Pp 129-143. Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª edição, 1986. 296 pp.

\_\_\_\_\_. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 3ª edição, 1984. 296pp.

\_\_\_\_\_. *La verdad y lãs formas jurídicas*. Cinco conferências pronunciadas por Michel Foucault entre os dias 21 e 25 de maio de 1973 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tradução para o espanhol de Enrique Lynch. Barcelona: Gedisa, 1980. 148 pp.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 23ª edição, 2000. 264pp.

GENET, Jean. *Diário de um Ladrão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

\_\_\_\_\_. *O Milagre da Rosa*. Tradução de Manoel Paulo Ferreira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 344 pp

\_\_\_\_\_. *Nossa Senhora das Flores*. Apresentação de Jean-Paul Sartre, tradução de Newton Goldman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª edição, 1983. 331 pp.

\_\_\_\_\_. *Pompas Fúnebres*. Tradução de Ronaldo Lima Lins e Irène M. Cubric. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 320 pp.

GINSBURG, Carlo. *História Noturna: decifrando o sabá*. Tradução de Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 2ª edição. 408pp.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 4ª edição. 342pp.

HOBSBAWN, Eric J. *Rebeldes Primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 240pp.

\_\_\_\_. *O presente como história. In: \_\_\_\_\_. Sobre História – ensaios.* Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 342pp. pp243-255.

LARA, Silvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas – Livro V.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 512pp.

LE GOFF, Jacques. *As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: Novos Objetos.* Tradução de Terezinha Marinho. Revisão técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 240pp. pp68-79.

LE GOFF, Jacques. *As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: Novos Objetos.* Tradução de Terezinha Marinho. Revisão técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 240pp. pp68-79.

MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 480 pp.

MORAES Filho, Evaristo de (org.). *Georg Simmel: sociologia.* Tradução de Carlos Alberto Pavanelli ... et al. São Paulo: Ática, 1983. 192 pp.

PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo - colônia.* São Paulo: Brasiliense, 1983. 18ª edição. 1ª edição em 1942. p 271.

PRADO, Jocenir. *Diário de um detento: o livro.* São Paulo: Labortexto, 2001. 182 pp.

PERROT, Michelle. *Delinqüência e sistema penitenciário na França do século XIX. In: \_\_\_\_\_. Os Excluídos da História.* Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p 235-273. 336 pp.

\_\_\_\_. *1848 – Revolução e prisões. In: \_\_\_\_\_. Os Excluídos da História.* Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p 275-313. 336 pp.

RODRIGUES, Guilherme Silveira. *Código de Celas: o mistério das prisões.* WVC, 2001. 141 pp.

SAINT-CLAIR, Clóvis. *A pena perpétua.* Artigo publicado pela Revista Época, nº 222 em 19 de agosto de 2002. pp 42-46. São Paulo: Globo, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, 1995. pp 49-63.*

SOARES, Luiz Eduardo. *As bases da desobediência legítima segundo Hobbes, Locke, Hume, Rousseau, John Stuart Mill e Burke*. In: \_\_\_\_\_. *Dois Corpos do Presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. 218pp.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 302 pp.

WOLFMANN, Luizão. *Portal do Inferno... mas há esperança*. WVC, 2000. 336 pp.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 2ª edição. 268 pp.

\_\_\_\_\_. *Da Revolta ao Crime S.A.*

OBS.: Além destes textos, tenho assistido a diversos filmes como o já citado *Cidade de Deus* e *Carandiru*, também seriados de TV como *OZ*, todas obras que tratam do tema em estudo e que, se não servem como referência para um trabalho acadêmico, ajudam muito como inspiração e motivação para seu desenvolvimento.

Abaixo cito outros livros publicados neste mesmo período aos quais não tive acesso para análise. Estes livros também foram escritos por detentos ou tratam sobre a vida dentro do cárcere:

CARVALHO, Mário Cesar, GONÇALVES, Antônio. *Carandiru – Registro Geral*. Wide Publishing.

LIMA, William da Silva. *Quatrocentos contra um – uma história do Comando Vermelho*. São Paulo: Labortexto.

NEGRINI, Pedro Paulo Negrini. *Enjaulado*. Gryphus. 168pp.

RAMOS, Hosmany. Pavilhão 9: *Paixão e morte no Carandiru*. Geração Editorial. 280pp.

RODRIGUES, Humberto. *Vidas do Carandiru – histórias reais*. Geração Editorial.